

**Nº16 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 4 de agosto
de 2017. -----**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de um de agosto de dois mil e dezassete.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Senhor Arq. António Cabeleira, dando conhecimento, ao Executivo Municipal, da seguinte documentação relacionada com a atividade municipal, a saber: -----

- Modificações ao Orçamento da Despesa - Modificação n.º 10. -----
- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos - Modificação n.º 10. -----

Seguidamente, deu conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos, relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

1- Audiência com o Senhor Ministro da Saúde - Contextualizada, no âmbito da possível redução e/ou eliminação dos serviços do INEM (Ambulância), veio a ser, oportunamente, solicitada uma audiência, junto do Senhor Ministro da Saúde. -----

Tal audiência teve lugar, no pretérito dia 25 de julho do corrente ano, em Lisboa, tendo sido, durante a mesma, abordados múltiplos temas, sobre o funcionamento do hospital de Chaves. -----

Em tal reunião tiveram assento, para além do Senhor Ministro da Saúde, Adalberto Fernandes, o Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD), João Oliveira, o Presidente do Conselho Diretivo do INEM, IP, Luís Meira, e a Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, Rita Moreira. -----

Um dos pontos abordados, durante a reunião, relacionou-se com o funcionamento dos Centros de Saúde localizados, em Chaves, tendo sido feita uma análise positiva sobre os cuidados de saúde prestados, sem prejuízo da necessária renovação do corpo médico disponível. -----

Em relação ao Hospital de Chaves, o Senhor Ministro da Saúde manifestou total disponibilidade, em vista a valorizar e/ou reforçar a capacidade de intervenção do Hospital, dotando o mesmo de novos médicos que

queiram ter uma perspectiva de carreira profissional no Hospital de Chaves. -----

Nesse sentido, irão ser desenvolvidas políticas públicas efetivas, tendo em vista a atração de novos médicos para o Hospital de Chaves, nomeadamente médicos espanhóis, permitindo, assim, o rejuvenescimento dos seus quadros clínicos/médicos. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido, sobre a matéria, em apreciação, os seguintes comentários: -----

1 - O problema do Hospital de Chaves centra-se, sobretudo, na fixação de médicos, na zona interior do País. -----

2 - As políticas públicas a desenvolver, tendo em vista a fixação de médicos, no interior do País, deveriam passar pela concessão de incentivos a todos os médicos que pretendam desenvolver as suas carreiras profissionais, nessas áreas do País mais desfavorecidas. --

3 - Estes incentivos concedidos, quer pelo Governo Central, quer pelas próprias autarquias locais, seriam, seguramente, alavancadores para a fixação de médicos, na zona interior do País, permitindo, assim, uma melhor distribuição destes profissionais de saúde por todo o território nacional. -----

4 - A título de exemplo, dever-se-ia ponderar a atribuição de casas de função aos médicos que se pretendam fixar no interior do País, incentivo esse que poderia ser assegurado pelas próprias autarquias locais. -----

2 - Registo de incêndio florestal no Concelho de Chaves - Sobre o presente assunto, o Presidente da Câmara informou, o Executivo Municipal, da ocorrência, na pretérita quarta-feira, de um incêndio, no Concelho de Chaves, de relevantes dimensões, tendo atingido três freguesias: Oura, a União das Freguesias de Vidago e Loivos. -----

O incêndio atingiu grandes dimensões na freguesia de Loivos. -----

O referido incêndio veio a ser combatido através de uma grande mobilização de meios, operacionais e humanos, colocados à disposição da Proteção Civil e do competente Ministério, sendo, neste contexto, de elogiar a intervenção de todas as entidades envolvidas - Proteção Civil, serviços do Ministério e Corporações de Bombeiros - as quais, de forma coordenada, combateram o dito incêndio. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido, sobre a matéria, em apreciação, os seguintes comentários: -----

1 - O combate preventivo aos fogos florestais deve ser a grande prioridade. -----

2 - A abertura e limpeza de caminhos florestais e criação de pontos de abastecimento de água, envolvendo a ação das freguesias, dotando-as com os respetivos meios financeiros, deverá ser, no futuro, uma aposta preventiva no combate a esta calamidade que, todos os anos, assola o nosso País. -----

3 - Por outro lado, deve ser incentivado o regime de voluntariado no combate aos fogos florestais, dotando as corporações de bombeiros de mais e melhores meios. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - No dia de ontem, no âmbito da candidatura apresentada, oportunamente, pelo Município de Chaves e, superiormente, aprovada, decorreu a cerimónia oficial de entrega, à autarquia, de uma viatura

destinada, precisamente, à vigilância da floresta e respetiva prevenção. -----

2 - Sequencialmente, dando concretização às medidas previstas na dita candidatura, a Autarquia irá promover a abertura de um procedimento de seleção de sapadores florestais, em vista à composição da equipa responsável, pela manutenção e limpeza das florestas. -----

3 - MARC, S.A - Sobre o presente assunto, o Presidente da Câmara informou, o Executivo Municipal, da outorga, no pretérito dia 28 de julho do corrente ano, da escritura pública tendo como objeto a internalização, a favor da Autarquia, dos ativos e passivos da Sociedade MARC, S.A. e a consequente extinção da retrocitada empresa.

Regista-se a entrada da Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, iniciando a sua participação na reunião quando eram 09:40 horas. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo solicitado informação, sobre os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal: -----

1 - Loteamento denominado "Flavitur" - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente chamou a atenção para a necessidade de ser promovida a limpeza e o corte de vegetação, nos terrenos destinados ao desenvolvimento do Loteamento identificado, em epígrafe. -----

A realidade, atualmente, existente e acima descrita, é potenciadora de deflagração de incêndio naquela zona da cidade. -----

2 - Piscinas Municipais - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente teceu os seguintes comentários: -----

1 - Tem havido, por parte da população flaviense, uma grande preocupação no que concerne à notória degradação das piscinas municipais cobertas. -----

2 - O Governo local liderado, pelo PSD, vem prometendo, ao longo dos anos (16 anos), a construção de novas piscinas, promessa essa que, até à presente data, não foi cumprida. -----

3 - Neste contexto solicitou informação, junto do Senhor Presidente da Câmara, sobre o desenvolvimento de tal dossiê, muito concretamente, sobre os seguintes aspetos: -----

a) Estado atual dos projetos das especialidades relacionadas com o projeto de execução das novas piscinas municipais; -----

b) Estado de execução do projeto de arquitetura; -----

c) Custo previsional da empreitada; -----

d) Fontes de financiamento; -----

e) Prazo de execução da empreitada. -----

3 - Mobilidade, no âmbito do "PEDU" - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente teceu os seguintes comentários: -----

1 - Os investimentos comunitários, por vezes, traduzem-se em gastos que não são os mais adequados. -----

2 - A título de exemplo, dever-se-á registar a substituição de passeios, em bom estado de conservação, implicando a realização de despesa pública sem qualquer melhoria significativa para a qualidade de vida das populações locais. -----

3 - Em termos de mobilidade, os cidadãos flavienses vêm, recorrentemente, alertando para as dificuldades de mobilidade que atingem as pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente, todos aqueles que circulam em cadeiras de rodas. -----

4 - A título de exemplo, regista-se a intervenção, recentemente, levada a efeito, pela Autarquia, no Largo General Silveira, sendo notória a dificuldade de acesso, por parte dos cidadãos com mobilidade reduzida, às instalações da CGD e dos CTT. -----

5 - O mesmo se verifica na zona de intervenção do jardim que serve a torre de menagem, sendo o acesso existente, constituído por diversos degraus, um sério obstáculo para as pessoas com mobilidade reduzida.-

6 - Neste contexto, deverá a autarquia adotar medidas que possam melhorar a mobilidade dos cidadãos e o acesso aos edifícios públicos ou que prestam serviços públicos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Está a decorrer um procedimento de contratação, à luz do código dos contratos públicos, tendo como objeto a seleção de uma Gabinete Técnico que assegure a elaboração de projetos das especialidades e a coordenação e conclusão do projeto de execução de arquitetura das novas piscinas municipais. -----

2 - É previsível que tal contrato venha a ser celebrado, durante o mês em curso. -----

3 - A obra pública relacionada com a construção das novas piscinas municipais deverá ser desenvolvida em duas fases: A 1ª fase, no valor estimado de 3,5 milhões de euros, consubstanciada, no essencial, na construção de uma piscina semiolímpica e respetivos balneários; A 2ª fase de construção deste equipamento desportivo, terá um valor aproximado de 2 milhões de euros, traduzida na construção de tanques de apoio, fase essa que deverá ter início imediatamente após a conclusão da 1ª fase da obra. -----

4 - Relativamente ao financiamento da empreitada, o novo quadro comunitário, não tem financiamento para a construção deste tipo de infraestruturas desportivas. -----

5 - A construção das piscinas, em causa, será financiada, diretamente, pelo orçamento municipal e ainda mediante a contração de um empréstimo bancário, de acordo com a capacidade de endividamento da autarquia. -

6 - No que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas relacionadas com a mobilidade, no âmbito do PEDU, dever-se-á sublinhar que as regras comunitárias aplicáveis, sobre a matéria, têm duas dimensões: A primeira tem como objetivo aumentar a mobilidade pedonal, implicando a execução de tal medida, a construção de passeios mais amplos, dotados de todas as características que favoreçam a circulação de pessoas com mobilidade reduzida; A Segunda dimensão, indissociável da redução das faixas de rodagem, com o objetivo de reduzir a velocidade dos veículos, diminuindo, simultaneamente, a produção de CO2, com ganhos ambientais evidentes. -----

7 - O acesso a edifícios privados, afetos à prestação de serviços públicos, designadamente, os edifícios onde se encontram instalados os CTT e a CGD, são da inteira responsabilidade das respetivas empresas prestadoras. -----

8 - A Torre de Menagem e o acesso aos seus jardins, tem previsão na ação, integrada, no âmbito do PEDU, centrada na ampliação do museu da região flaviense e na valorização dos seus arranjos exteriores. -----

4 - Alterações Orçamentais - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, registou o facto dos documentos relacionados com as

alterações orçamentais registarem a anulação de verba destinada à execução do projeto de construção do Canil Municipal, projeto esse que veio a ser selecionado, no âmbito do orçamento participativo. -----
O mesmo se diga relativamente ao projeto de iluminação da ponte romana, projeto esse que também veio a ser selecionado, no âmbito do orçamento participativo. -----

Por último, e ainda no que concerne às alterações orçamentais apresentadas, na presente reunião, o Vereador interveniente destacou o reforço das verbas relacionadas com a execução de caminhos municipais, sendo de admitir que tal estratégia tenha um cunho eleitoralista. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

Autarquia deveria dar mais atenção à manutenção da iluminação existente na ponte romana, promovendo, nomeadamente, a atempada substituição das lâmpadas aí colocadas. -----

Em resposta às intervenções, acima, exaradas, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - O projeto de iluminação das pontes sobre o Rio Tâmega foi concluído, pela Autarquia, nomeadamente com o reforço de iluminação das mesmas e colocação de novos pontos de Luz. -----

2 - A construção do canil municipal, projeto selecionado, no âmbito do Orçamento participativo, encontra-se em fase de elaboração do respetivo projeto de execução. -----

3 - Neste contexto, é de admitir, como muito provável, que o lançamento da correspondente empreitada apenas se venha a registar, no início do próximo ano de 2018. -----

4 - Razão pela qual se justifica, tecnicamente, a anulação, no respetivo orçamento municipal, a verba indicada, pelo Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco Chaves de Melo. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR ENG. JOÃO ADÉRITO MOURA MOUTINHO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo solicitado informação, sobre os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal: -----

1 - Programa da "Festa dos Povos": Sobre este assunto, o Vereador interveniente, sugeriu a integração, no programa da "Festa dos Povos", de um Seminário correlacionado com o período Pré-romano que marca a história do Concelho de Chaves. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
A sugestão apresentada vai ser levada em devida conta. -----

Sendo nesse sentido solicitada, aos serviços municipais responsáveis, a integração, se possível, de tal iniciativa, no programa da "Festa dos Povos". -----

2 - Avaliação das condições de mobilidade: Sobre este assunto, o Vereador interveniente deu nota da sua preocupação relativamente às condições de mobilidade, nas principais artérias da cidade, particularmente, naquelas que estão a ser requalificadas. -----
Neste contexto, dever-se-ia promover uma adequada avaliação das condições de mobilidade dos cidadãos, tanto mais que esta situação sai

agravada, com o aumento do trânsito automóvel, durante esta época do ano. -----

3 - Parque de Estacionamento do Centro Histórico: Sobre este assunto, o Vereador interveniente sugeriu a colocação de mais sinais de identificação do Parque de Estacionamento localizado, na zona histórica da cidade. -----

Por outro lado, dever-se-ia ponderar a celebração de um protocolo, entre a autarquia e a ACISAT, em vista ao melhoramento do regime de estacionamento, na zona histórica da cidade, potenciando, na medida do possível, a atividade comercial desenvolvida no Centro histórico e, simultaneamente, descongestionando o trânsito, na zona histórica.-

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 21 de julho de 2017. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participou na votação deste assunto, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos e o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, em virtude de não terem estado presentes na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELA INSPEÇÃO DE ELEVADORES. REQUERENTE: PATRONATO DE S. JOSÉ. INF 135/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Através de requerimento escrito com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 7393, datado do pretérito dia 10/07/2017, o Patronato de São José, com o NIPC 501567615, veio, invocando a sua qualidade de IPSS, requerer a isenção das taxas municipais devidas pela inspeção de um elevador instalado no Largo do Eiró, n.º 13, Vilar de Nantes, 5400-580 Chaves. -----

2. A requerente instruiu o seu pedido inicial com os seguintes documentos: -----

- a) Cópia dos Estatutos; -----
- b) Declaração emitida pela Segurança Social, atestando que tem a sua situação contributiva regularizada; -----
- c) Certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, atestando que tem a sua situação tributária regularizada. -----

3. Assim, sobre o presente assunto, cumpre informar o seguinte: --

II - Enquadramento jurídico -----

1. Entre as diversas disposições que dão corpo ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no concelho de Chaves, o capítulo III, prevê as isenções ou reduções de taxas municipais contempladas na tabela em anexo ao mesmo. -----

2. Sobre esta matéria, o n.º 1, do artigo 24º, do retrocitado regulamento, dispõe, expressamente, o seguinte: -----

"Poderão estar isentas do pagamento de taxas as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos actos e factos que se destinem à directa e imediata realização dos seus fins, desde que lhes tenha sido concedida isenção do respectivo IRC pelo Ministério das Finanças, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC." -----

Por força do disposto no n.º 8, do artigo 24º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, a apreciação e decisão da eventual isenção ou redução das taxas municipais carece de formalização do pedido, que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais exigíveis em cada caso. -----

Ora, da análise do pedido formulado verifica-se que, de acordo com respetivos Estatutos, a requerente tem a natureza jurídica de instituição particular de solidariedade social, dispondo da sua sede social na Rua do Eiró, n.º 13, 5400-580 Chaves, local onde se encontra instalado o elevador. -----

3. De acordo com a listagem publicada pela Segurança Social, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação, a requerente consta entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social devidamente registadas. -----

4. Ora, entre os objetivos definidos no artigo 3º, dos Estatutos Socias da requerente, figura, inquestionavelmente, a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vidas das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios: -----

- a) Apoiar crianças e jovens; -----
- b) Promover a proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; -----
- c) Promover a integração social e comunitária; -----
- d) Proporcionar apoio à família; -----
- e) Promover a educação e formação profissional dos cidadãos. -----

5. Ora, nos termos das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos artigos 3.º e 4.º, do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, e ulteriores alterações, consideram-se de apoio social os estabelecimentos em que sejam prestados serviços de apoio às pessoas e às famílias, independentemente de estes serem prestados em equipamentos ou a partir de estruturas prestadoras de serviços. -----

6. Partindo destas premissas, julgamos, salvo melhor opinião, que se encontram reunidas as condições legalmente determinadas para a concessão da isenção pretendida. -----

7. O valor das taxas devidas por cada inspeção de elevadores corresponde à quantia de 147.35€, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 6º, da Tabela de Taxas, em anexo ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves. -----

8. O pedido, em causa, refere-se à inspeção de um elevador. -----

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na autorização da isenção de taxas requerida pela peticionária, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 24º, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no concelho de Chaves; -----

b) Sequencialmente, deverá o presente assunto ser reencaminhado para a unidade responsável por assuntos desta natureza, no caso, a Secção de Taxas e Licenças, em vista à formalização e notificação da isenção de taxas autorizada nos termos propostos na alínea anterior; -----

c) A isenção, que vier a ser concedida, deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções concedidas pela Autarquia Local; -----

d) De imediato, envio do presente assunto, agora acompanhado da presente informação, para o gabinete do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

É tudo o que me cumpre informar, de momento, sobre a presente matéria. À consideração superior. -----

Chaves, 18 de julho de 2017. -----

O Técnico Superior -----

(Dr. Marcos Barroco)-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-19 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.19. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ANULAÇÃO DE EXECUÇÕES FISCAIS - FALTA DE ENVIO DE FATURAS;- SOFIA ISABEL BARREIRA LOPES. INF. 139/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 5045, datado do dia 26/06/2017, Sofia Isabel Barreira Lopes veio requer a revisão dos processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, e que têm como objeto 44 faturas referentes a resíduos sólidos. -----

2. Para o efeito, invoca que não receberam as 44 faturas que deram origem à instauração dos processos de execução fiscal, em causa, pelo que não teve conhecimento da existência da dívida até à presente data.-

3. Neste contexto, veio a ser solicitada à Divisão de Águas e Resíduos esclarecimentos sobre o caso individual e concreto -----

4. Na sequência da retrocitada reclamação, veio a ser produzida pelo Chefe de Divisão de Abastecimento Público, no dia 20 de Julho de 2017, Informação sobre o conteúdo da mesma, tendo o mesmo prestado os seguintes esclarecimentos: -----

a) As faturas, em causa, foram efetivamente enviadas para a requerente? -----

Sim -----

b) Em caso afirmativo, a morada para a qual foram enviadas estava correta e ou completa? -----

As faturas foram enviadas para a rua Pinheiro Manso - Nantes, 5400-580 Chaves; o que se veio a revelar a partir de Abril de 2015 ser uma morada incompleta, passando a partir dessa data a correspondência ser enviada para a rua Pinheiro Manso 4^a - Nantes, 5400-580 Chaves; ----- Até abril de 2015 a faturação foi enviada para a rua Pinheiro Manso - Nantes, 5400-580 Chaves, que era a morada constante no contrato de fornecimento de água. -----

5. Assim, abaixo se apresentam as considerações que reputamos de pertinentes relativamente à matéria ora em apreciação. -----

II - Do direito -----

1. A Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro e n.º 24/2008, de 2 de Junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à protecção do utente. -----

2. Ora, os serviços públicos abrangidos pelo retrocitado diploma legal são os serviços de fornecimento de água, de fornecimento de energia eléctrica, de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, de comunicações eletrónicas, serviços postais, **serviço de recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.** -----

3. Resulta do disposto no n.º 1, do art. 9º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, que o utente tem direito a fatura onde se especifique devidamente os valores que a mesma apresenta. ---

4. Por sua vez, a entidade que presta o serviço dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, sob pena de prescrição desse direito, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações. -----

5. Sendo certo que, por força do disposto no n.º 3, do retrocitado artigo, a exigência de pagamento por serviços prestados é comunicada ao utente, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data limite fixada para efetuar o pagamento. -----

6. Por forma a que não restem dúvidas, o n.º 2, do artigo 11º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, determina, expressamente, que "incide sobre o prestador do serviço o ónus da prova da realização das comunicações a que se refere o artigo 10.º, relativas à exigência do pagamento e do momento em que as mesmas foram efetuadas"¹. -----

7. Ora, como se conclui dos elementos constantes nos documentos enviados a estes serviços, o Município enviou, por correio, as faturas constantes da listagem em anexo ao presente processo. -----

8. Sucede, porém, que as faturas em causa foram enviadas para uma morada incompleta, o que provocou a não receção das mesmas pelo utente.

¹ O sublinhado é nosso. -----

9. Nestes termos, e por força do n.º 3, do artigo 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, a exigência do respetivo pagamento apenas poderia ser efetuada após o envio de comunicação/fatura para a morada correta, o que, no caso individual e concreto, não veio a suceder. -----

10. Consequentemente, a instauração da respetiva execução fiscal só deveria ter sucedido se, após o envio de fatura para a morada correta, o consumidor não efetuasse o respetivo pagamento até à data limite constante da mesma. -----

11. Diferente situação se configuraria caso a fatura tivesse sido enviada para a morada correta, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 3, do artigo 10º e no n.º 2, do artigo 11º, ambos da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, cabendo ao consumidor final fazer prova de que não recebeu qualquer comunicação/fatura em casa. -

12. Sendo certo que, após correção da morada, a utente tem procedido ao pagamento atempado das faturas. -----

13. Importa, ainda, referir que as faturas por cobrar, e enviadas para morada errada, se referem ao período que vai desde 27/05/2011 a 03/12/2014. -----

14. Ora, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações, o direito ao recebimento do preço do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação. -----

15. Tanto mais que, como se viu, o direito ao recebimento está dependente da respetiva comunicação ao utente (fatura), incidindo o ónus da prova, relativamente à sua realização, à entidade prestadora.

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na extinção dos processos de execução fiscal relativos às dívidas constantes no mapa de execuções fiscais em anexo, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, com base no disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 176º, do CPPT, considerando que, nos casos individuais e concreto, à data de instauração de tais processos não se encontravam reunidos todos os pressupostos legalmente exigidos para a sua instauração; -----

b) Sequencialmente, dever-se-á dar conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, em vista a que os mesmos encetem as diligências tendentes à operacionalização de tal deliberação, bem como à Divisão de Águas e Resíduos, para conhecimento; -----

c) Simultaneamente, dever-se-á notificar o interessado, nos termos do art. 68º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) De imediato, reenvio do presente assunto para o gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Arq,º António Cabeleira. --- É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----
Chaves, 25 de julho de 2017 -----

O Técnico Superior Jurista -----
(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017/07/27 -----

Visto. Concorde como teor integral da presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião ordinária do órgão executivo em vista à adoção de decisão nos termos ora sugeridos. ----
À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-27 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.27. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. INVOCAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS; REQUERENTE: - MARCO DANIEL CARNEIRO. INFORMAÇÃO 141/DAF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Introdução -----

1. Na sequência de requerimento escrito, com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 5749, Marco Daniel Carneiro, veio em síntese invocar a prescrição de todas as faturas em débito, muito concretamente, referentes ao Ano de 2003 (1 fatura), 2005 (1 fatura), 2006 (1 fatura), 2007 (4 faturas) e 2008 (2 faturas), em virtude da aplicação da Lei 23/96, de 26 de julho, com as alterações da Lei n.º 10/2013 de 28 de janeiro, de acordo com as disposições legais constantes no n.º1 e 2, do art.1.º e n.º1, e 4, do art.10.º, do respetivo diploma legal. -----

2. Assim, cumpre informar, sobre a matéria, o seguinte:-----

II - Do direito -----

1. A Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de fevereiro e n.º 24/2008, de 2 de junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente. -----

2. Ora, os serviços públicos abrangidos pelo retrocitado diploma legal são os serviços de fornecimento de água, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, de comunicações eletrónicas, serviços postais, serviço de recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 1, do art. 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações, a entidade que presta o serviço dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, **sob pena de prescrição desse direito.** -----

4. Ou seja, caso se verifique a falta de pagamento voluntário das quantias constantes em determinada fatura, a entidade prestadora do serviço dispõe de seis meses, para realizar a propositura da respetiva ação ou injunção, em vista a ser ressarcida coercivamente do valor em dívida. -----

5. Uma vez proposta a respetiva ação, em vista à execução coerciva dos valores em dívida, e citado o exequente, é interrompida a prescrição, como se verá a seguir. -----

6. De facto, no caso do prestador de serviços se tratar de um Município, então a cobrança coerciva dos valores em dívida deverá seguir a forma de execução fiscal, cujo procedimento se encontra regulado no Código de Procedimento e Processo Tributário, conforme a conjugação do art. 179º, do Código de Procedimento Administrativo e do art. 10º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações. -----

7. Neste caso, e porque se trata de tributos administrados por autarquias locais, são estas as entidades competentes para o respetivo processo de execução fiscal, nos termos do n.º 1, do art. 7º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações. ---

8. Constituem factos interruptivos da prescrição, a citação, a reclamação, o recurso hierárquico, a impugnação e o pedido de revisão oficiosa da liquidação do tributo, de acordo com o disposto no art.49.º, da Lei Geral Tributária. -----

9. Também sobre esta matéria, o art. 323.º, do Código Civil, determina que a prescrição é interrompida pela citação ou notificação judicial de qualquer ato que exprima, direta ou indirectamente, a intenção de exercer o direito, seja qual for o processo a que o ato pertence. -----

10. Atenda-se, contudo, que nem o Código do Procedimento e Processo Tributário, nem a Lei Geral Tributária, definem regras relativamente aos efeitos interrupção da prescrição, pelo que deverão ser aplicadas as regras previstas no Código Civil sobre a matéria. -----

11. Ora, o art.326.º, do Código Civil, dispõe que a interrupção inutiliza para a prescrição todo o tempo decorrido anteriormente, começando a correr novo prazo a partir do ato interruptivo, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 e 3, do art.327.º, do mesmo Código.

12. Sendo certo que, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 48º, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro e ulteriores alterações, após a instauração do processo de execução fiscal, o prazo de prescrição das dívidas correspondentes a estas prestações pecuniárias **passa a ser de oito anos**, a partir do final do ano em que se verificou o facto. -----

13. Todavia, de acordo com a Informação prestada, pela escritã dos processos de execução fiscal no Município de Chaves, consta, inequivocamente, que aquando da entrada do requerimento nos serviços responsáveis pela condução dos processos de execução fiscal, ou seja, em 20/07/2017, não existia qualquer dívida em nome de Marco Daniel Carneiro, em cobrança coerciva e relativa aos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 existindo, porém, uma dívida em execução fiscal referente ao Ano de 2003 (no valor de € 12,33). -----

14. Assim, no que concerne aos consumos e ou factos tributários que tenham ocorrido há seis meses ou mais, e que não tenham sido objeto de execução fiscal, sempre se deverá considerar que os mesmos se encontram prescritos, pelo que não poderá ser exigido o seu pagamento, por força do disposto no n.º1, do art.10.º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações. -----

15. Quanto ao valor em dívida em cobrança coerciva constante no certificado de dívida neste processo e relativo ao Ano de 2003, deveremos dizer que também já se encontra prescrito, uma vez que já decorreram mais de 8 anos contados a partir do final do ano em que se verificou o facto. -----

16. Aqui chegados, fácil se torna concluir que as dívidas constantes no certificado de dívida, no valor total de € 492,48 e referentes aos Anos de 2003 - 2005 - 2006 - 2007 e 2008, verifica-se a respetiva

prescrição, pelo que, tendo a mesma sido invocada, pelo interessado, não poderá ser exigido o seu pagamento. -----

III - Propostas -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na declaração de prescrição das dívidas tituladas pelas faturas identificadas no certificado de dívida em anexo à presente Informação, com base nas razões apontadas no capítulo anterior. -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Água e Resíduos; -----

d) De imediato, envio do presente assunto para o gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal. --- É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 27 de julho de 2017. -----

A Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz, Dra.) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017/07/31 -----

Visto. Concorro com a presente informação. À Reunião do órgão executivo camarário em vista à adoção de deliberação consubstanciada na declaração de prescrição das dívidas tituladas pelas faturas identificadas em anexo. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-31 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, DR. PAULO ALVES, DE 2017/07/31. -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo referido que a proposta, em apreciação, é omissa sobre os motivos que determinaram a prescrição das dívidas, em causa. ---- Esta situação pode ser geradora de violação do princípio da igualdade de tratamento dos cidadãos, particularmente, todos os cidadãos que cumprem exemplarmente com as suas obrigações. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- Conforme decorre do corpo da proposta, a prescrição das dívidas em apreciação repousa no próprio quadro legal, em vigor, sobre a matéria. Dever-se-á registar que o sector de execuções fiscais vem revelando níveis de eficácia e eficiência muito satisfatórios, tendo aumentado, com a sua ação, de forma significativa, o valor da receita municipal, coercivamente, cobrada, pela Autarquia. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE INUNDAÇÃO OCORRIDA NA RUA DO VALE PEREIRA, N.º 1, VILA NOVA DE VEIGA, SÃO PEDRO DE AGOSTÉM; - JAIME DOS SANTOS RAMOS. INF. 146/DAF/2017. --

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 3910, datado do pretérito dia 16/05/2017, Jaime dos Santos Ramos veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sua residência, sita na Rua do Vale Pereira, n.º 1, Vila Nova de Veiga, São Pedro de Agostém, na sequência de uma inundação. -----

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, que a inundação, em causa, foi provocada pelos serviços de água do Município de Chaves, na sequência de uma intervenção realizada numa caixa de saneamento existente no caminho público, junto à sua habitação. -----

3. No dia 5 de junho de 2017, a Divisão de Águas e Resíduos, produziu a Informação n.º 124/DAR/2017, informando do seguinte: -----

"(...) Face ao relato e após consulta ao setor de saneamento da DAR, confirma-se que no passado dia 11 de maio, quinta feira pelas 9.30 horas, a equipa escalada para serviço de desobstrução de coletores, nesse dia, esteve no local do acidente, tendo procedido à desobstrução do colector público causador da inundação assinalada; -----

De acordo com a informação dos serviços a inundação deveu-se à entrada em pressão do efluente no colector público por entupimento, o que motivou a descarga indevida para o interior da habitação do queixoso através das sanitas das instalações sanitárias existentes no primeiro piso da habitação; -----

Esta situação ainda veio agravar-se pelo facto das caixas de visita nas imediações da habitação não estarem visitáveis, uma vez que foram tapadas por recentes pavimentações dos arruamentos." -----

4. Contudo, analisado o processo enviado a estes serviços, e compulsados todos os seus elementos, verificou-se a **inexistência** do seguinte: -----

a) Quantificação dos danos sofridos; -----

b) Documento comprovativo do valor dos danos sofridos; -----

c) Documento comprovativo de que os bens danificados são da sua propriedade. -----

5. Tanto mais que o registo fotográfico apresentado não mostra os dois móveis danificados, conforme o alegado pelo requerente. -----

6. Na sequência da Informação n.º 119/DAF/2017, de 14 de junho de 2017, veio a ser solicitado ao peticionário que apresentasse os documentos em falta, e supra identificados. -----

7. Através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 7171/17, o peticionário veio apresentar os seguintes documentos, a saber: -----

a) Registo fotográfico dos danos sofridos em dois móveis de casa de banho, bem como no teto da habitação e, ainda, de uma caixa de visita; -

b) Orçamento emitido pela empresa Flevigrés. SA, no valor de 2293€ e relativa aos seguintes itens: -----

- i) Prisma Lavatorio 1100 Esquer. Branc; -----
 ii) Pack The GAP 800MM MGL. -----
 c) Orçamento elaborado por "Pintor Construção Civil Pedro Manuel Carvalho Ribeiro", no valor de 400€ e referente à pintura do teto da garagem, da habitação do peticionário. -----

8. Assim, sobre a matéria, cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; --
 b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; --
 c) Por danos decorrentes do exercício da função político legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".-

5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados na sequência de uma inundação, a qual foi provocada pelos serviços municipais. -----

10. Sendo certo que, conforme decorre da Informação n.º 124/DAR/2017, produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, "a inundação deveu-se à

entrada em pressão do efluente no colector público por entupimento, o que motivou a descarga indevida para o interior da habitação do queixoso através das sanitas das instalações sanitárias existentes no primeiro piso da habitação; -----

Esta situação ainda veio agravar-se pelo facto das caixas de visita nas imediações da habitação não estarem visitáveis, uma vez que foram tapadas por recentes pavimentações dos arruamentos.” -----

11. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, considerando, desde logo, a conclusão inequívoca manifestada na Informação produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no reconhecimento de que decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção de pagamento de indemnização pelos danos sofridos pelo peticionário; -----

b) Para efeitos **de apuramento e pagamento** do valor associado à indemnização devida pelos danos sofridos na habitação do peticionário, deverá o presente assunto ser encaminhado para a unidade responsável por assuntos desta natureza, no caso, a Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão Financeira, em vista à ativação do seguro de responsabilidade civil; -----

c) No estrito cumprimento do disposto no art. 114º, do Código do Procedimento Administrativo, deverá a interessada ser notificada da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;--

b) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Dr. Paulo Alves. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 26 de julho de 2017. -----
O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017/07/31 -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo em vista à adoção no reconhecimento de responsabilidade extracontratual, por parte da Autarquia, pela assunção de pagamento de indemnização pelos danos sofridos. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-31 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, DR PAULO ALVES, DE 2017/07/31. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS EM CAMPA; REQ: ALCINA VENTURA VAZ. INF 147/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 5558/17, datado do pretérito dia 23/05/2017, Alcina Ventura Vaz veio requerer que o Município de Chaves assumia a reparação da sepultura n.º 272, do 5º quarteirão, do cemitério Velho. -----

2. Para o efeito, invoca o seguinte: -----
"Há cerca de 1 mês e meio, numa das minhas visitas ao Cemitério Velho mais propriamente à sepultura n.º 272 do 5º quarteirão verifiquei o seguinte: -----

Numa das campas que se situa muito perto da minha o Sr. Valadares e seu filho procediam à abertura da mesma, ao qual chamei à atenção com o fim de evitar estragos na minha. -----

Passados dias numa nova visita constatei que eu tinha a minha sepultura toda danificada, conforme fotografias que anexo para comprovar a veracidade da situação. -----

Deste modo venho pedir a Vª Exª se digne mandar averiguar a situação de maneira que seja solucionado o problema e arranjo com materiais novos (substituição de peças partidas). -----

Acrescento ainda que o mesmo funcionário me alertou para o arranjo rápido, dizendo que a campa se encontra como um dominó, prejudicando a dos lados, que a todo tempo podem cair e eu serei a responsável pelos danos causados. -----

PS. Quando menciono atrás que o funcionário estava acompanhado pelo seu filho (palavras do mesmo)."

3. A requerente juntou cópia do Alvará referente à sepultura perpétua n.º 57 do 5º quarteirão, do cemitério velho de Chaves, bem como registo fotográfico dos danos sofridos. -----

4. Em face do argumentário apresentado pela requerente, e ao abrigo do princípio do inquisitório, foi ouvido, em sede de declarações, o trabalhador deste Município, Manuel Eugénio Magalhães Valadares, tendo o mesmo declarado o seguinte: -----

"Há mais de um ano atrás, e em vista a reparar uma sepultura existente no cemitério velho, o ora declarante procedeu à desmontagem das peças de pedra da mesma, colocando a sapata de baixo, ao alto, entre a sepultura da requerente e da sepultura confinante. Sendo certo, que em nenhum momento tocou na sepultura da requerente, tendo voltado a retirar a referida sapata, colocando a mesma no seu lugar, sem que tivesse provocado qualquer tipo de estragos na sepultura em causa. Os danos que aparecem nas fotos, anexas ao requerimento, resultaram do facto do cimento estar podre, bem como o facto das pedras serem antigas, uma vez que a sepultura já tem muitos anos. Ou seja, os estragos não resultaram de nenhuma ação do ora trabalhador, mas sim pelo facto da sepultura ser antiga, o que provocou o descolamento das peças em causa, tendo as mesmas caído após a requerente ter mexido nas mesmas. -----

Tanto mais que a sepultura cuja reparação é agora invocada como causa dos danos, foi reparada há mais de um ano, enquanto que as pedras da sepultura da requerente caíram há dois meses. Ou seja, caíram muito após o trabalhador ter feito a intervenção na sepultura em frente à da requerente. Não obstante o que foi dito, a requerente teima em

dizer que as pedras caíram por causa do arranjo da campa que está em frente à sua." -----

5. Assim, sobre a matéria, e atendendo ao quadro fatural supra descrito, cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;--
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;---
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8.º, do retrocitado-

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

5. Por sua vez, o artigo 9.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Verifica-se, portanto, que a prática de ações ou omissões por parte de funcionários e agentes públicos, desde que no exercício das suas funções são geradoras de responsabilidade civil para as autarquias locais, de forma solidária. -----

7. De facto, o n.º 2, do artigo 8.º, do retromencionado regime de Responsabilidade Civil, determina, expressamente, que "*O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público são responsáveis de forma solidária com os respectivos titulares de órgãos, funcionários e agentes, se as acções ou omissões referidas no número anterior tiverem sido cometidas por estes no exercício das suas funções e por causa desse exercício*". -----

8. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a peticionária afirma que os prejuízos foram provocados na sequência da intervenção efetuada numa sepultura próxima da sua. -----

9. Contudo, a mesma não apresenta qualquer prova de que os danos tenham sido, efetivamente, provocados por tal ação. -----

10. Sendo certo que, e de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa.-----

11. Assim, não basta apresentar um registo fotográfico dos danos sofridos, invocando, sem mais, que os mesmos foram provocados por uma ação ou omissão desta Autarquia Local ou dos seus trabalhadores.-----

12. Tanto mais que o trabalhador deste Município, responsável pela manutenção e vigilância do cemitério onde se encontra a sepultura da requerente, não confirma a veracidade dos factos invocados por esta última, conforme auto de declarações em anexo ao presente processo, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

13. Ora, não fazendo tal prova, com elementos de suporte, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir o pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----

14. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

II - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia a título de responsabilidade extracontratual; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;--

d) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Arq. Castanheira Penas. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 27 de julho de 2017. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017/07/31 -----

Visto. Concorde com a presente informação. À reunião do órgão executivo municipal, em vista à adoção de decisão consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão apresentada pela requerente. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-31 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.07.31. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**6. LICENÇA DE RUÍDO. "FESTIVAL FOLCLORE DE VIDAGO E VIDAGOFEST".
REQUERENTE: CASA DE CULTURA DE VIDAGO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 158-STL/2017** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO -----

1. A Casa da Cultura de Vidago, com sede no Largo da Praça, n.º 14, Vidago, União de freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho da Paranheiras, Concelho de Chaves veio, através de requerimento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia n.º 7916, de 2017/07/21, solicitar autorização para a realização da "Festival Folclore de Vidago e Vidagofest", a ter lugar nos próximos dias 21, 22 e 23 julho de 2017. -----

2. No aludido requerimento o requerente solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a pretensão apresentada, o seguinte: -----

3.1 A matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.2 Nesta conformidade, o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: -

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

3.3 Refira-se, ainda que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

3.4 Neste contexto, e para efeitos do número anterior o requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: --

- Documento comprovativo da natureza de Associação; ----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; ----
- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária. -----

3.5 O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela Divisão de Gestão Financeira, da qual consta que não existem dívidas da requerente perante o Município de Chaves.-----

3.6 Assim, julgo que o requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos n.ºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.-----

3.7 O valor das taxas administrativas associadas à realização da atividade pretendida pela requerente ascende ao montante de 137.75 (cento e trinta e sete euros e setenta e cinco cêntimos).-----

3.8 Por último, considerando que o evento "Festival Folclore de Vidago e Vidagofest" se encontra agendado para o dia 21/07/2017, não é possível o agendamento atempado do presente assunto para reunião do órgão executivo camarário, pelo que se encontram reunidas as circunstâncias excecionais previstas no n.º 3, do artigo 35º, do anexo I, da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro. -----

II - DA PROPOSTA -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que seja autorizada a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total €137.75 (cento e trinta e sete euros e setenta e cinco cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

b) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Por último, considerando a urgência da situação anteriormente evidenciada, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à obtenção da necessária e competente ratificação da decisão que vier a ser praticada nos termos sugeridos na alínea a), ao abrigo do disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

À consideração superior. -----
Chaves, 21 de julho de 2017 -----

A Assistente Técnica -----
Maria Manuela -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-21 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.07.21. -----

Autorizo. À próxima reunião do Executivo Municipal para ratificação.-

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Vice-presidente na ausência do Presidente da Câmara, do dia 21 de julho de 2017. -----

7. "ARRAIAL DE VERÃO" "AFTER PARTY" E "FESTVERÃO", REQUERENTE: CASA DE CULTURA DE VIDAGO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 172- STL/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO -----

1. A Casa da Cultura de Vidago, com sede no Largo da Praça, n.º 14, Vidago, União de freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho da Paraneiras, Concelho de Chaves veio, através de requerimento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia n.º 7916, de 2017/07/21, solicitar autorização para a realização do "ARRAIAL DE VERÃO" "AFTER PARTY" e "FESTVERÃO", a ter lugar nos próximos dias 3, 4, 6, 19 e 20 de agosto de 2017. -----

2. No aludido requerimento o requerente solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes.-----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a pretensão apresentada, o seguinte: -----

3.1 A matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.2 Nesta conformidade, o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: --

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

3.3 Refira-se, ainda que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º 8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

3.4 Neste contexto, e para efeitos do número anterior o requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: ---

- Documento comprovativo da natureza de Associação; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária. -----

3.5 O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela Divisão de Gestão Financeira, da qual consta que não existem dívidas da requerente perante o Município de Chaves. -----

3.6 Assim, julgo que o requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos n.ºs 2, 8 e 12 do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.7 Por último, informo que o valor das taxas administrativas associadas à realização da atividade pretendida pela requerente ascende ao montante de 201.35 (duzentos e um euros e trinta e cinco cêntimos). -----

II - DA PROPOSTA -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

1.1 a) Que, o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do órgão executivo municipal, em vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização da isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total €201.35 (duzentos e um euros e trinta e cinco cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

b) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Por último, caso venha a ser tomada decisão nos termos ora sugeridos, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Divisão de Gestão Financeira. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 31 de julho de 2017 -----

A Assistente Técnica -----

Maria Manuela -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017/07/31 -----

Visto. Concorde com a presente informação. À consideração superior. -

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-31 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. DIA MUNDIAL DA JUVENTUDE - 12 DE AGOSTO DE 2017 INFORMAÇÃO Nº 88/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A Assembleia Geral das Nações Unidas na Sua Resolução nº 54/120 de 17/12/2009, declarou o dia 12 de agosto como o dia Internacional da Juventude. -----

Na sua Resolução, a Assembleia Geral das Nações Unidas, procurando promover o respeito pelos direitos humanos, pela liberdade e pela solidariedade, pediu aos governos mundiais, sociedade civil, indivíduos e comunidades, para apoiar as atividades a nível local e internacional de modo a marcar o evento. -----

O Instituto Português do Desporto e Juventude, no passado dia 20 de julho de 2017, veio através de correio eletrónico, que se anexa à presente informação, convidar o Município de Chaves a associar-se a esta comemoração. -----

Considerando que o Instituto Português do Desporto e Juventude, sugere, à semelhança do ano transato, se efetue a gratuidade nos acessos às Piscinas, Museus, Bibliotecas, etc... -----

Para a comemoração deste dia, sugerimos a colaboração de alguns serviços do Município de Chaves, tais como, o Setor dos Museus e a Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, para em conjunto proporcionarem aos jovens, dos 12 aos 29 anos, no dia 12 de agosto, algumas valências afetas a esses serviços. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir superiormente o seguinte: -----

a) Que seja concedida, aos jovens, dos 12 aos 29 anos, no dia 12 de agosto, a entrada gratuita no Museu da Região Flaviense, Museu Militar e Museu de Arte Sacra, assim como o desconto de 50% no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso e na Piscina do Rebentão; -----

b) Que a presente proposta seja encaminhada à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----

c) Após aprovação superior, mais se propõe o seu encaminhamento ao Setor dos Museus e à Gestão de Equipamentos do Município de Chaves para os devidos efeitos, muito concretamente no que diz respeito aos procedimentos a ter com as supramencionadas medidas. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 26 de Julho de 2017 -----

O Técnico Superior, -----

(Maciel Duque) -----

Em anexo: correio eletrónico, Instituto Português do Desporto e Juventude -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.07.26 -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento. --

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-31 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----
 À reunião de Câmara. -----

2. VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO DDSC N°90/SE N°48/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Os "Auxílios Económicos" constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinada aos alunos inseridos em agregados familiares, cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações, para fazer face aos encargos com refeições, alojamento, livros e outro material escolar, sendo a sua atribuição, no 1.º ciclo, uma competência dos Municípios. -----

Considerando que beneficiam deste apoio os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos, determinados pelo posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família; -----

Considerando que o Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho de 2017, que regula as condições de aplicação da acção social escolar da responsabilidade do Ministério de Educação e Ciência e dos Municípios, para o ano letivo 2017/2018, garante a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública o acesso gratuito a manuais escolares, por força do disposto no artigo 156.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e nos termos do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 25/2017 de 3 de março. -----

Considerando que face à gratuitidade dos manuais escolares para todos os alunos que vão frequentar o 1.º ciclo, torna-se necessário, no que respeita às verbas para auxílios económicos, para os alunos posicionados no Escalão A e Escalão B, prever a verba para material escolar; -----

Considerando que de acordo com a alínea e), do n.º1, do artigo 4º, do Decreto - Lei n.º7/2003, de 15 de Janeiro, que refere que compete ao Conselho Municipal de Educação deliberar sobre "Adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios sócio-educativos, à rede de transportes escolares e à alimentação"; -----

Considerando que na reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no passado dia 06 de julho de 2017, o Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos valores previstos, para o ano letivo 2017/2018, em matéria de "Material Escolar", no âmbito dos Auxílios Económicos, tendo merecido, por parte dos membros presentes no referido conselho, o parecer favorável; -----

Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente atribuição de auxílios económicos. -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir a aprovação dos seguintes valores para o ano letivo 2017/2018: -----

VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS - Material Escolar -----

Escalão	Capitação	1º e 2º anos	3º e 4º anos
A	Escalão 1 do Abono de família	25,00€	30,00€
B	Escalão 2 do Abono de família	12,50€	15,00€

As referidas verbas serão disponibilizadas aos Agrupamentos de Escolas, numa só prestação, mediante o número de escalões (A ou B) atribuídos aos alunos. -----

No início do ano letivo 2017/2018, após a receção das listas nominais com os escalões atribuídos, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso. -----

Caso esta proposta mereça concordância favorável, tomo a liberdade sugerir o seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara, para deliberação. -----

À Consideração superior. -----

Chaves, 28 de julho de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Lídia Pinto -----

*Nota: O valor com este encargo, no ano letivo 2016/2017 foi de 24.760,00€ -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.07.31 -----

Visto. Concordo. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-31 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. NORMAS DE COMPARTICIPAÇÃO DO PASSE 4_18 DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA - ANO LETIVO 2017/2018 INFORMAÇÃO DDSC Nº91/SE Nº49/2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento e justificação -----

O Município de Chaves, de acordo com o Decreto-Lei nº299/84, de 05 de Setembro, é responsável pela organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares, e no âmbito dessas competências, organiza todos os anos lectivos o respectivo Plano de Transporte Escolar. ---

Considerando que o Decreto-Lei nº 186/2008 de 19 de Setembro, criou um título de transporte, o passe 4_18, que se destina a todas as crianças e jovens, do 4 aos 18 anos, inclusive, que não frequentem o ensino superior, que não se encontrem abrangidos pelos transportes escolares estabelecidos no Decreto-Lei nº299/84, de 5 de Setembro e que sejam beneficiários do escalão A ou do escalão B da Ação Social Escolar ou inseridos em famílias que comprovadamente auferam rendimentos reduzidos, (cumpram o critério estabelecido na alínea c) do nº2, do artigo 3-A, da Portaria nº272/2011, de 23 de Setembro, alterada pela Portaria nº36/2012, de 8 de Fevereiro); -----

Considerando que desde do ano letivo 2014/2015, o Município de Chaves tem apoiado a 100% e a 50%, os encargos com aquisição do referido título de transporte dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que são beneficiários do escalão A ou B; -----

Considerando que o Título de Transporte passe 4_18, tem os seguintes descontos: -----

-60% para os alunos com o Escalão A; -----

-25% para os alunos com o escalão B; -----

-25% para os alunos inseridos em famílias com rendimentos reduzidos; Considerando que no âmbito dos transportes Urbanos de Chaves (TUC), a Empresa Concessionária do serviço - "Auto Viação do Tâmega", no seu tarifário prevê o referido passe: -----

- Passe mensal 4_18 escalão A - 9,60€ (com 60% de desconto); -----
- Passe mensal 4_18 escalão B - 18,00€ (com 25% de desconto); -----
- Passe mensal 4_18 alunos inseridos em famílias com rendimentos reduzidos - 18,00€ (com 25% de desconto); -----

Considerando que a aquisição do referido título é uma despesa acrescida para as famílias com baixos rendimentos; -----

Considerando que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/22013, de 12 de Setembro. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim e no sentido de planificar o apoio financeiro aos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que, no próximo ano letivo, utilizarão os Transportes Urbanos de Chaves, através do passe 4_18, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que aprove as seguintes normas com vista à sua implementação no ano letivo 2017/2018:

A) Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que no âmbito do passe 4_18 utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)

- 1- Participação a 100% (do valor 9,60€) - Alunos com o escalão A;
- Participação a 50% (do valor 18,00€) - Alunos com o escalão B ou escalão social + (alunos com rendimentos reduzidos); -----
- Não atribuição de participação - Alunos sem escalão. -----
- 2- Este apoio destina-se a todos os alunos que frequentam a Escolaridade obrigatória e que não se encontram abrangidos pelo transporte escolar previsto no Decreto - Lei nº 299/84, de 05 de setembro. -----
- 3- Os interessados deverão adquirir os passes nos escritórios da Auto Viação do Tâmega, Lda, e preencher a ficha de pedido de participação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com a apresentação do passe 4_18 adquirido; -----
- 4- O reembolso das referidas participações será efetuado no final de cada período, dezembro, abril e junho, mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa nos serviços de contabilidade do Município; -----
- 5- Será garantida a presença de um ou dois vigilantes (de acordo com o número de crianças que frequentam o Centro Escolar e que venham a utilizar esta modalidade) na Linha 1 dos Transportes Urbanos de Chaves (Abobeleira II - Centro de F. Profissional / Centro F. Profissional - Abobeleira II), no horário das 8h.30, partida para o Centro Escolar, e no horário das 17h.30, saída do Centro Escolar, sendo o encargo com os respetivos passes dos vigilantes, a suportar pelo Município de Chaves. -----

B) Condições de operacionalização das normas -----

Após a receção e avaliação dos pedidos de participação, para o ano letivo 2017/2018, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso. Caso esta proposta mereça concordância por parte de V. Exa, que a mesma seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara Municipal para deliberação. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 28 de julho de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Dr^a Lúdia Pinto) -----
 *Nota: O valor deste encargo no ano letivo 2016/2017 foi de 5.030,20€.
DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.07.31 -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-31 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. NORMAS DE COMPARTICIPAÇÃO DOS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2017/2018 **INFORMAÇÃO DDSC Nº92/SE Nº50/2017** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No sentido de planificar o ano letivo 2017/2018, em matéria de apoios aos alunos carenciados que frequentam o ensino secundário, uma vez que o Município de Chaves tem vindo a apoiar, ao longo destes anos, através da comparticipação financeira dos passes escolares dos alunos que frequentam o ensino secundário, não só como forma de promover a frequência do ensino secundário, que passou a frequência obrigatória, mas também como forma de apoiar as famílias mais carenciadas. -----
 Considerando que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/22013 de 12 de Setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que aprove as seguintes normas com vista à sua implementação no ano letivo 2017/2018: -----

A) Normas de comparticipação dos passes escolares dos alunos carenciados que frequentam o ensino secundário -----

1.1. A comparticipação a 100% dos passes dos alunos provenientes da Escola Professor Nuno Rodrigues e do Patronato de Vilar de Nantes; -

1.2. A comparticipação no valor de 100%, 50% e 25% dos passes dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas; -----

Na avaliação dos pedidos de comparticipação, deverão ser considerados:

a) O Escalão atribuído pelo Serviço de Ação Social Escolar do respetivo Agrupamento de Escolas; -----

- Comparticipação a 100% - Situações de grave carência identificadas pelas direções dos Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou pelo próprio, com verificação e confirmação por parte do setor de educação; -----

- Comparticipação a 50% - Alunos com o escalão A; -----

- Comparticipação a 25% - Alunos com o escalão B ou inseridos em famílias que comprovadamente auferiram rendimentos reduzidos, -----

Após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o ano letivo 2017/2018, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso.

Caso esta proposta mereça concordância por parte de V. Exa, que a mesma seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara Municipal para deliberação. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 28 de julho de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Dr^a Lídia Pinto) -----

Nota: O valor com este encargo no ano letivo 2016/2017 foi de 8.570.47€. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.07 31-----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-31 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ÁLVARO FERREIRA INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº179/SHSDPC/N.º67/2017 -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.06.23-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-26 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DESPORTIVAS. PROPOSTA Nº 78/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação-----

Considerando as solicitações de apoio financeiro, para o ano de 2017, solicitadas ao Município, pelas entidades sedeadas no concelho de Chaves, a seguir identificadas:-----

Associação de Peregrinos Flavienses, NIPC 507 911 547, com sede em Chaves, no Largo do Monumento - Edifício Nova York, Bloco 5, Sala 4, através do documento registado na Secção Administrativa da Câmara Municipal, sob o n.º 2469, em anexo, veio, no passado dia 27 de março, solicitar o habitual apoio da autarquia, para custear as despesas que efetuaram aquando da deslocação ao Santuário de Fátima, desde o dia 2 a dia 13 de maio de 2017. -----

Ténis Clube de Chaves, NIPC 501 750 665, sedeadada na Rua da Fonte Nova, Antigo Apeadeiro da CP, em Chaves, em reunião havida nesta Câmara, solicitou o apoio da autarquia na concretização das ações previstas no Plano de atividades.-----

Clube Motard de Chaves, NIPC 505 868 296, com sede na Rua Jerónimo de Ataíde, Freguesia das Eiras, Cela e S. Julião de Montenegro, promotor de atividades desportivas e recreativas, solicita através do ofício registado com o n.º 5912, a comparticipação da autarquia nas despesas imprevistas que surgiram no decorrer da organização da 16ª. Concentração Motard;-----

Clube Ténis de Mesa de Chaves, NIPC 506 630 072, sedeadado no edifício do Viaduto, Aregos, Freguesia de Santa Maria Maior, promotor de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, solicita através do documento registado sob o n.º 5918, uma comparticipação extraordinária, uma vez que o valor já atribuído, revelou-se manifestamente insuficiente na concretização dos torneios já realizados.-----

Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização de atividades e ações de carácter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população;---

Considerando que estes clubes são promotores de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que estas entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas;-----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado;-----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Associação de Peregrinos Flavienses e com o Ténis Clube de Chaves e a minuta de adenda ao contrato-programa a celebrar com o Clube Motard de Chaves e

o Clube Ténis de Mesa de Chaves, conforme documentos anexos a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, os referidos documentos;----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n° 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27°. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;----

d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira.-----

Chaves, 31 de julho de 2017-----

O Presidente da Câmara-----

(Arq. António Cabeleira)-----

Quadro Sinótico -----

Anexo à proposta nº78/GAP/17 -----

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
Associação de Peregrinos Flavenses 507 911 547	1.500,00 €	04.07.01.02
Ténis Clube de Chaves 501 750 665	2.000,00 €	04.07.01.02
Clube Motard de Chaves 505 868 296	1.500,00 €	04.07.01.02
Clube Ténis de Mesa de Chaves 506 630 072	5.500,00 €	04.07.01.02

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: ---

1 - O reforço do apoio financeiro concedido, pela Autarquia, a algumas associações desportivas e culturais do Concelho, começa a ser uma prática recorrente e pouco fundamentada. -----

2 - De facto as propostas apreciadas, por este Executivo, sobre a matéria, acabam por não identificar todos os apoios e/ou subsídios já concedidos, no ano em curso, às associações peticionárias, prática que acaba por comprometer um adequado tratamento igualitário de todas as associações contempladas com tais apoios. -----

3 - Por outro lado, em nome do princípio da transparência, todas as entidades associativas, de natureza cultural e desportiva, sedeadas no Concelho, deveriam ser informadas da possibilidade de serem concedidos apoios financeiros complementares, caso o apoio inicial concedido, pela Autarquia, se venha a revelar exíguo, face à atividade, meritoriamente desenvolvida, pela associação, e comprovada pela apresentação dos respetivos documentos de despesa. -----

4 - Por último, todos os apoios financeiros atribuídos devem ser, devidamente, publicitados, permitindo, assim, o escrutínio público, sobre o mérito associado à concessão de tais apoios, nomeadamente, pelas associações beneficiárias e, em geral, por qualquer cidadão. --

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo apresentado a seguinte declaração: -----

"Atendendo à não existência de regulamento municipal, sobre a atribuição de apoios, desta natureza, tem manifestado, recorrentemente, a sua posição de abstenção, sobre a matéria." -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

1.1. REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DE VISTORIAS PREVISTAS NO REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - INFORMAÇÃO N.º 9 / DGOT / 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO / ANTECEDENTES-----

Como é sabido, nos termos do preceituado no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-lei 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção e do disposto no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, aprovado pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 29 de Setembro de 2015, o Município está vinculado a constituir as seguintes comissões de vistorias: -----

1.1 - Comissão de vistorias prevista no artigo 65.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, com vista à concessão de autorização de utilização; -----

1.2 - Comissão de vistorias prevista no artigo 87.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, com vista à recepção provisória e definitiva de obras de urbanização;-----

1.3 - Comissão de vistorias prevista no artigo 90.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, com vista à determinação da execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança e salubridade ou à melhoria do arranjo estético das edificações, e ainda para a determinação dos níveis de conservação dos imóveis para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano e de reabilitação urbana; -----

1.4 - Comissão de vistorias prevista no artigo 73.º - C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, no âmbito dos procedimentos de legalização de operações urbanísticas;-----

A constituição das quatro comissões previstas nas anteriores alíneas foi aprovada por deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária realizada em 18 de Março de 2016.-----

Considerando as alterações advenientes da revisão da estrutura flexível, bem como do regulamento da organização dos serviços municipais, aprovadas por deliberação do órgão executivo municipal, tomada em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 3 de Março, de onde releva, entre outras alterações, a criação de três unidades flexíveis de 2.º grau (Divisão de Obras Públicas, Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico e Divisão de Projectos e Mobilidade) e face à experiência entretanto adquirida com a sua implementação, entende-se ser agora oportuno proceder à redefinição da composição das comissões municipais de vistorias referidas nas anteriores alíneas 1.2, 1.3 e 1.4. -----

2 - PROPOSTA-----

Nestes termos, e tendo em vista permitir, a curto prazo, a disponibilização mais efectiva de técnicos superiores de arquitectura e engenharia, na execução das tarefas relacionadas com a elaboração de projectos e a fiscalização de empreitadas de obras públicas, tarefas estas centralizadas, organicamente, nas Divisões de Projectos e Mobilidade e de Obras Públicas, respectivamente, foi acordado, em reunião sectorial do Departamento de Coordenação Geral, realizada no passado dia 21 de Julho, onde estiveram presentes, para além do subscritor da presente informação, o Sr. Director de Departamento, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, o Sr. Chefe de Divisão, em regime de substituição, de Projectos e Mobilidade, Eng.º Abel Teixeira Peixoto, e o Sr. Chefe de Divisão, em regime de substituição, de Salvaguarda do Centro Histórico, Arqt.º António Malheiro Rodrigues, propor que superiormente seja adoptada pelo órgão executivo municipal, uma deliberação que, revogando parcialmente a decisão administrativa adoptada, sobre a matéria, em sua reunião ordinária realizada em 18 de Março de 2016, aprove a reconstituição das comissões de vistorias municipais enunciadas nas anteriores alíneas 1.2, 1.3 e 1.4, nos nos moldes a seguir enunciados:-----

2.1 - Comissão de vistorias prevista no artigo 87.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, com vista à recepção provisória e definitiva de obras de urbanização:-----

Membros Efectivos:-----

- Eng.ª Conceição Fernandes Rei (DGOT);-----
- Eng.ª Maria João Santos Teixeira Chaves (DGOT);--
- Eng.º Nuno Bento Rodrigues (DPM);-----

Membros Suplentes:-----

- Eng.ª Vitória José de Matos Almeida (DGOT);-----
- Eng.º Vítor Joaquim Fernandes Pereira (DOP);-----
- Eng.ª Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra (DOP);-----

2.2 - Comissão de vistorias prevista no artigo 90.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, com vista à determinação da execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança e salubridade ou à melhoria do arranjo estético das edificações, e ainda para a determinação dos níveis de conservação dos imóveis para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano e de reabilitação urbana: -----

Membros Efectivos:-----

- Eng.º Artur Lopes Baltazar (GAQPC);-----
 - Arqt.ª Sofia Tenreiro Ataíde Costa Gomes (DSCH);-
 - Eng.ª Maria João Santos Teixeira Chaves (DGOT);--
 Membros Suplentes:-----
 - Eng.º Bruno Gabriel Pereira de Sousa Miranda Rua
 (DPM);-----
 - Eng.ª Conceição Fernandes Rei (DGOT);-----
 - Eng.ª Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra
 (DOP);-----
 2.3 - Comissão de vistorias prevista no artigo 73.º - C, do
Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, no âmbito dos
procedimentos de legalização de operações urbanísticas:-----
 Membros Efectivos:-----
 - Eng.ª Branca Manuela Gil Ferreira (DGOT);-----
 - Arqt.ª Dora Helena Pereira Pinto Videira (DGOT);-
 - Eng.ª Vitoria José de Matos Almeida (DGOT);-----
 Membros Suplentes:-----
 - Eng.ª Maria da Conceição Alves Martins (DGOT);---
 - Eng.º Bruno Gabriel Pereira de Sousa Miranda Rua
 (DPM);-----
 - Arqt.º José Paulo Roxo Pires da Fonte (DPM).-----

À consideração superior.-----

Chaves, 1 de Agosto de 2017 -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-01 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.01. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 238/17 - JOSÉ COELHO MARTINS - RUA DA MACIEIRA, N.º 12, FREGUESIA DE VILELA SECA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 03.07.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes-----

O requerente através do requerimento n.º 509/17, apresenta pedido de legalização de obras de *substituição da cobertura à edificação existente e construída ao abrigo de legislação anterior* - descrita na matriz das finanças-----

O processo em causa foi objecto de contra-ordenação (proc.º n.º 637/12) estando o mesmo com ordem de demolição, e encontra-se no Ministério Público.-----

Foi realizada a Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação existente desde 1974, conforme auto n.º 119 de 01/06/2017, o qual se deverá dar cópia ao requerente.-----

II - Pretensão-----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização da substituição de uma cobertura, sita no lugar da Rua da Macieira n.º12, em Vilela Seca.

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 238/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.3- Outros Aglomerados. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 238/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RRMUE),---

IV - Descrição da Intervenção-----

O requerente através do requerimento n.º 509/17, apresenta pedido de legalização de obras de *substituição da cobertura à edificação existente e construída ao abrigo de legislação anterior* - descrita na matriz das finanças -----

A matriz urbana, refere artigo 43 com a seguinte descrição:-----

Área total = 40,0 m2-----

Área coberta =70,00 m2-----

Área descoberta =40,00 m2-----

A parte urbana é composta por casa de r/c com área de 40,00 m2 e andar com área de 44,00 m2, bem como inscrita na matriz no ano de 1937.----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação da construção existente foi inscrita em 1937;-----

►A intervenção baseia-se na legalização da cobertura, sem qualquer tipo de obras a levar a efeito, tanto a nível de interiores como exteriores;-----

►Que a edificação da construção existente está dentro do perímetro de construção de Vilela Seca;-----

►Que estava a proceder à rectificação das áreas.-----

É referido na memória descritiva e justificativa que as áreas que constam na certidão de teor matricial não são as correctas, passando a ser de área de terreno de 128,00 m² e área de construção de 104,70 m². Solicita prazo para apresentação da respectiva certidão com as áreas rectificadas. Compromete-se a apresentá-la numa fase posterior do desenvolvimento do processo.-----

V - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 509/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RRMUE,-----

Os elementos apresentados sob requerimento n.º 1119/17 dão cumprimento ao teor da informação técnica de 06/06/17.-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE.-----

A legalização prende-se com uma substituição de cobertura, que existia em madeira e telha cerâmica em risco de ruir, e foi substituída por painel em sanduiche apoiado em duas vigas de madeira.-----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril.

No processo em causa encontra-se o projecto de arquitectura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Face ao supracitado e o descrito no auto de vistoria n.º 119/17, julgo salvo melhor opinião, que o processo em causa não carece de nova vistoria, dado que os elementos apresentados conferem com o solicitado no referido auto de vistoria. -----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente a Legalização da substituição de uma cobertura.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da substituição de uma cobertura, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do titulo/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização da substituição de uma cobertura foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

Informa-se que o processo em causa foi objecto de contra-ordenação (proc.º n.º 637/12) estando o mesmo com ordem de demolição, e estando

ainda no Ministério Público, pelo que se deverá dar conhecimento à Divisão competente.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respectivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

Ora, dado tratar-se de uma legalização de uma ampliação da habitação de 20 m², enquadra-se no n.º 1 do artigo 25 (situações especiais) do Regulamento nº 314/2010 (RLCTOU), estando isentas do cálculo das respectivas taxas de infra-estruturas urbanísticas.-----

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RRMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efectivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIACÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54.º	Apreciação de Autorização de Utilização			
n.º1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	55,10 €	55,10 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,55 €	6,55 €
	TOTAL-1			61,65 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	52,95 €	52,95 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
a)	Habitação unifamiliar	1	11,60 €	11,60 €
	TOTAL-2			64,55 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	27,75 €	27,75 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,60 €	10,60 €
	TOTAL-3			38,15 €

TOTAL-1			61,65 €
TOTAL-2			64,55 €
TOTAL-3			38,15 €
VALOR GLOBAL			164,35 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 17.07.2017:-----
 Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o reconhecimento de que se encontram reunidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-19 -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.07.19. -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. ALTERAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 618/16 - MANUEL MOURA DA CRUZ - LUGAR DE PORTELA, FREGUESIA DE VIDAGO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 27.06.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----
 Através do requerimento n.º 1708/16 e n.º2004/16, referente ao processo n.º 618/16, o Sr.º Manuel Moura da Cruz, solicita, nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação(doravante designado por RJUE), a legalização da obra de ampliação a um imóvel destinado a moradia unifamiliar, situada no Lugar da Portela, Vidago.-----

2. Antecedentes-----
 Não se vislumbram antecedentes ao presente pedido.-----

3. Enquadramento da pretensão-----

3.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----
 O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE-----

3.2. - Nos Regulamentos Municipais-----
 O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC -Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE).Refira-se que por este articulado ,nomeadamente o disposto no seu n.º3 a legalização de operação urbanística de edificação será titulada por alvará de

utilização, no qual deverá constar menção expressa que o edifício a que respeita foi objeto de legalização. -----

3.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se ,o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se em dois espaços distintos: em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agroflorestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comuns e em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados. -----

4. Análise -----

4.1. Análise da instrução do processo -----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE, por se tratar de uma legalização -----

4.2. Análise da pretensão-----

É pretensão do requerente a legalização da ampliação de um imóvel preexistente de r/chão e andar com uma área coberta de 54m², e área bruta de 108m².-----

A ampliação à preexistência e que agora se pretende legalizar, traduz-se numa área de 279m², distribuída pelos dois pisos advindo que a área do edifício passa a ser de 387m²(108m²+279m²)-----

4.3. Análise face aos instrumentos de planeamento urbanístico em vigor

Dado a área dos prédios integrada em espaço urbano ser de 34000m² e a área de construção de 387m² advém que o índice de construção correspondente é de 405m² / 1320 m² = 0.011m²/m² (< 0,50 m²/m²), cumprindo desta forma o especificado na alínea a) do n.º2 do artigo 19 do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves. -----

A mesma projeta-se no prédio **Misto** com registo na Conservatória de Chaves n.º 397/1992701 (artigos matriciais n.º405 de natureza urbana e artigo n.º2158 de natureza rustica da união de freguesias de Vidago, Arcossó ,Selhariz e Vilarinho das Paraneiras).-----

Refira-se que a habitação unifamiliar, cujas obras de ampliação agora se pretendem legalizar é uma preexistência em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 5 do Regulamento do Plano Diretor Municipal, pelo facto de ser um imóvel edificado em data anterior à publicação do DL n.º166/70 , como se pode constatar pela data de inscrição na matriz do artigo n.º 405 de natureza urbana (ano de 1959).-----

4.4. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no n.º6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 24 de novembro ultimo foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização tendo sido constatadas deficiências que se encontram retratadas no auto de vistoria n.º84. -----

A oito de junho ultimo a comissão de vistoria foi de novo ao local tendo sido verificado, de acordo com o transcrito em auto de vistoria n.º122, que foram colmatadas as deficiências anteriormente verificadas,

não havendo consequentemente objeções à legalização da operação urbanística -----

5. Parecer/conclusão-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Por vistoria realizada a 8 de junho foi constatado não haver objeções à legalização da operação urbanística em causa.-----

6. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 4 da presente informação e conclusão descrita no ponto 5, sou a propor o deferimento do pedido de legalização da operação urbanística correspondente a ampliação de imóvel pré-existente.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar e da construção de anexo de apoio, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que a emissão do título-autorização de utilização com menção expressa que a ampliação foi sujeita ao procedimento de legalização-ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

Por outro lado, e tendo em consideração que a área coberta constante na Certidão do Registo Predial (folha n.º 49 do processo) é de 54m², mais se propõe que a emissão do alvará de autorização antes recomendado fique condicionado à retificação da área coberta antes referida para 226,5m² (54+172,5) sendo certo que a área bruta de construção passe de 108m² para 387 m².-----

Nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves foi efetivada a sua liquidação, no valor de 2361.30€, de acordo com mapa de medição em anexo.-----

Anexo: Calculo do valor das taxas municipais-----

- Cálculo das taxas administrativas-TA-----

Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de título	0		
nº15	Reconstrução ou alteração acresce ao valor referido em 1., por m ²	279	2,10 €	585,90 €
	TOTAL			585.90 €

- Cálculo das taxas de infraestruturas-TI-----

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)						
--	---	--	--	--	--	--	--

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m2	Custo (C)	
REDE DE ÁGUA		1		21.61		21.61	€/m
	C - custo das obras existentes na via pública / m					21.61	€/m
	m - frente do terreno que confronta com a via pública					300	
	Moradia unifamiliar						
	- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
	T = C x m x 0,25				T =	1,620.75	€

- Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU-----

Autorização de utilização		Un.	Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção V CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO				
Artigo 72.º Autorização de Utilização				
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	27,55 €	27,55 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no numero 1	1	10,60 €	10,60 €
TOTAL				38,15 €

- Cálculo das taxas de vistorias TV-----

Vistorias -artigo 75º		Un.	Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção V CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO				
Artigo 75º Vistoria para efeito de autorização				
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	2	52,95 €	105,90 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação	1	10,60 €	10,60 €
2aº)	habitação unifamiliar	0	11,60 €	0,00 €
TOTAL				116,50 €

Valor total das taxas

taxas administrativista -TA	585,90 €
taxas de infraestruturas -TI	1.620,75 €
taxas de autorização de utilização -TAU	38,15 €
taxas de vistorias -TV	116,50 €
Valor total	2.361,30 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 17.07.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a

emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-07-19 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.07.19. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE CHAVES - EB1 DE SANTO AMARO".- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 33/GNE/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO -----

O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 07 de julho de 2017, deliberou, aprovar o relatório final de análise das propostas, da empreitada "Requalificação da Escola Básica N.º 1 de Chaves - EB1 de Santo Amaro", mediante informação/proposta n.º 261/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 27 de junho de 2017;-----

Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 19 de julho de 2017, foram efetuadas as devidas notificações da decisão de adjudicação, para, a firma adjudicatária, da empreitada mencionada em epígrafe, "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", e, bem assim, aos demais concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 12 495,00 (doze mil, quatrocentos e noventa e cinco euros), correspondente a 5% do valor do contrato;-----

No dia 26 de julho de 2017, dentro do prazo legalmente estabelecido, a firma adjudicatária, "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A", veio, através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, solicitados, e Garantia Bancária N00404529, emitida pelo Novo Banco, S.A., em 25 de julho de 2017, no valor de € 12 495,00 (doze mil, quatrocentos e noventa e cinco euros), correspondente a 5% do valor do contrato;-----

No dia de hoje, 28 de julho de 2017, foram, em simultâneo, todos os concorrentes, notificados dessa apresentação, e, efetuada, no mesmo dia, a sua disponibilização na plataforma eletrónica vortal.biz, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte:-----

a) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A." do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 28 de julho de 2017.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: - Minuta do Contrato-----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE CHAVES - EB1 DE SANTO AMARO".-----

No dia ... de de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 249 900,00 (duzentos e quarenta e nove mil e novecentos euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro:-----

Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Arq.^{to} António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

E-----

Como Segundo Contratante, **ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.**, com sede em S. Fraústo, Estrada de Braga, Km 164,5, em 5400-283 Chaves, Pessoa Coletiva n.º 500719616, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas n.º 6176-PUB, com o capital social de 4.750.000,00 euros, legalmente representada por -----, (estado civil), natural de -----, residente -----, titular do Cartão de Cidadão n.º -----, válido até -----, na qualidade de -----, conforme poderes constantes na Certidão Permanente, documento que fica arquivado, em anexo, ao presente contrato.-----

Cláusula 1ª (Objeto e preço contratual)-----

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"Requalificação da Escola Básica N.º 1 de Chaves - EB1 de Santo Amaro"**, pelo preço de **€ 249 900,00 (duzentos e quarenta e nove mil e novecentos euros)**, que não inclui o IVA à taxa legal em vigor.-----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do passado dia 07/07/2017, tendo sido aprovada a respetiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia .../.../2017 precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projeto de Execução, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 31/03/2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo

contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato.-----

Cláusula 2ª (Prazo de Execução)-----

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **60 (sessenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.-----

2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, do Artigo 362º, do CCP.-----

3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o n.º 1 antecedente, encontra-se prevista para o dia ... de 2017.-----

Cláusula 3ª (Prazo de Garantia da Obra)-----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:-----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;-----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais e instalações técnicas;-----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.-----

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.-----

3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.-----

Cláusula 4ª (Pagamentos)-----

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno.-----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.-----

Cláusula 5ª (Revisão de Preços)-----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.-----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F03 - Edifícios escolares**, publicada no despacho n.º 22637/2004 (2ª série), de 5 de novembro.-----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

Cláusula 6ª (Cabimento e Compromisso)-----

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante

deste contrato cabimento nas rubricas com as seguintes classificações: Económica: 07010305; Cabimento n.º 1661/2017 de 29/06/2017.-----
 2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso n.º 2183/2017 de 03/07/2017, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 9º e n.º 3, do artigo 5º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, n.º 3, alínea c), do D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

Cláusula 7ª (Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante) -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária N00404529, emitida pelo Novo Banco, S.A., em 25 de julho de 2017, no valor de € **12 495,00** (doze mil, quatrocentos e noventa e cinco euros), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 89º, do CCP.-----

Cláusula 8ª (Foro Competente)-----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

Cláusula 9ª (Prevalência)-----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Projeto de Execução, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.-----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto n.º 6, do artigo 96º, do CCP.-----

Cláusula 10ª (Legislação aplicável)-----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável.---

Cláusula 11ª (Disposições finais)-----

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas;-----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 31/03/2017;-----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 07/07/2017;-----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2017;-----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato;-----

6 - Foram apresentados pelo segundo contratante: Registos Criminais, Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP, Certidão Permanente, Declaração para outorga do contrato, Garantia Bancária e Instrumento de Mandato.-----

O Primeiro Contratante:-----

O Segundo Contratante:-----

Contrato n.º .../17.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 9/DOP/2017 - TRABALHOS ELEGÍVEIS. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 9/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 39.995,99 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €39.995,99 (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e cinco euros e noventa e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 10/DOP/2017 - TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 10/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 15.508,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €15.508,00 (Quinze mil, quinhentos e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-

1.4. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 11/DOP/2017 - TRABALHOS ELEGÍVEIS. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 11/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS

PÚBLICAS, S.A., no valor de 11.210,91 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €11.210,91 (Onze mil, duzentos e dez euros e noventa e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO N° 12/DOP/2017 - TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS. ----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 12/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 8.647,70 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €8.647,70 (oito mil, seiscentos e quarenta e sete euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. PARU 3 - CENTRO DE CONVÍVIO NO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.3), PARU 5 - REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.5), REMODELAÇÃO PAISAGÍSTICA E FUNCIONAL DO TERREIRO DA CAVALARIA E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVÍVIO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA - AUTO DE MEDIÇÃO N° 1/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 18.113,40 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar o referido auto no valor de €18.113,40 (Dezoito mil, cento e treze euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa

legal em vigor, ficando, o respetivo pagamento, condicionado pela prévia obtenção de visto do Tribunal de Contas. -----

De seguida, usou da palavra o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, para apresentar, verbalmente, a seguinte declaração: -----

"Irá votar contra a aprovação da proposta, em apreciação considerando que é muito defensor da criação e/ou manutenção de espaços verdes, nos centros das cidades, sendo contraproducente a construção de edifícios, em jardins públicos." -----

1.7. REQUALIFICAÇÃO DO PAVIMENTO DO BAIRRO DA TRANSLAR - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 27.380,78 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €27.380,78 (Vinte e sete mil, trezentos e oitenta euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.8. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DESDE A ROTUNDA DO TECNÓPOLO I ATÉ À PONTE DE VILA VERDE DA RAIÁ - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

Foi presente a informação nº 325/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento-----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Requalificação da Estrada desde a Rotunda do Tecnopolo I até à Ponte de Vila Verde da Raia". -----

Este projeto contempla a intervenção ao nível do pavimento viário com o objetivo de melhorar as condições de comodidade, circulação e escoamento das águas pluviais, numa via caracterizada por servir uma área industrial e consequentemente utilizada por tráfego pesado. ---- Deste modo, a estratégia delineada promove a renovação total do pavimento betuminoso, reperfilamento e limpeza das valetas e alteração das cotas das bermas por forma a garantir o escoamento natural das águas pluviais diretamente para as valetas e posterior encaminhamento para as linhas de água, evitando a deterioração da faixa de rodagem. Prevê-se também a construção de passagens hidráulicas para melhorar o escoamento das águas das valetas, nos pontos do traçado considerados mais críticos. -----

O presente projeto prevê a reconstrução do pavimento, desde a consolidação e restauro da sua base até ao revestimento final nas

zonas em pior estado e nas restantes, apenas fresagem da camada de desgaste e posterior repavimentação. -----

II - DA PROPOSTA -----

Face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----
2. Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Requalificação da Estrada desde a Rotunda do Tecnopolo I até à Ponte de Vila Verde da Raia"; -----
3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 246.000.00 Euros, (Duzentos e quarenta e seis mil euros), acrescido do respetivo valor do IVA; -----
4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----
5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:
 - a) Projeto de Execução; -----
 - b) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----
 - c) Programa de Procedimento; -----
 - d) Caderno de Encargos; -----
 - e) Plano de Segurança e Saúde; -----
 - f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----
6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 45 dias. -----
7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----
 Presidente: Amélia Rodrigues -----
 1º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----
 2º Vogal efetivo: Paulo Branco -----
 Suplentes: -----
 1º Vogal suplente: Madalena Branco -----
 2º Vogal suplente: Vitor Pereira -----
8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P; -----
9. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----
 No entanto, dado tratar-se de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, é dispensável a revisão de projeto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----
 - Levantamento e análise de campo - Para a execução dos trabalhos previstos, foram elaborados levantamentos e análise de campo; -----
 - Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica - geotécnica existente, da área de intervenção considerada no projeto; -----
 - Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se

encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----

- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

10. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 246.00.00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 3.3.1. 0102/07030301 0202 2002 I 195. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 13 de julho de 2017-----

O Técnico responsável na ausência da Chefe de Divisão-----
(Eng.º Vitor Pereira) -----

Em Anexo: -----

- Projeto de Execução; -----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----

- Programa de Procedimento; -----

- Caderno de Encargos; -----

- Plano de Segurança e Saúde; -----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.9. REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENO NÃO PRIVADO VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA DE COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

Foi presente a informação nº 328/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento-----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o processo de procedimento para a execução da obra "Reforço da Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios em Terreno Não Privado Visando a Diminuição da Carga de Combustível e de Acesso a Pontos de Água". -----

Segue em anexo a Informação nº 002/GTF/2017, do Gabinete Técnico Florestal, com a aprovação do Projeto, de harmonia com a deliberação camarária tomada em Reunião Ordinária de 17 de fevereiro de 2017. ---

Este projeto contempla a execução de manutenção, nivelamento, desmatção e limpeza de rede viária florestal existente, nas Freguesias de Anelhe, Bustelo, Redondelo, União de Freguesias de Calvão e Soutelinho, União de Freguesias de Santa Cruz Trindade e Sanjurge, União de Freguesias de Soutelo e Seara Velha, Concelho de Chaves. -----

II - DA PROPOSTA -----

Face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Reforço da Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios em Terreno Não Privado Visando a Diminuição da Carga de Combustível e de Acesso a Pontos de Água"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 151.180,50 Euros, (Cento e cinquenta e um mil, cento e oitenta euros e cinquenta cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Plano de Segurança e Saúde; -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 365 dias. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efetivo: Madalena Branco -----

2º Vogal efetivo: Paulo Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Fernanda Serra -----

2º Vogal suplente: José Luís Figueiredo -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P; -----

9. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP.

No entanto, dado tratar-se de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, é dispensável a revisão de projeto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamento e análise de campo - O projeto consiste na limpeza de caminhos existentes, mantendo as condições existentes, pelo que não existe a necessidade de levantamento topográfico; -----

- Estudo geológico - geotécnico - O projeto consiste na limpeza de caminhos existentes, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de estudo geológico-geotécnico; -----
 - Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito, está sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----
 - Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - O projeto não implica quaisquer expropriações; -----
 - Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----
 - Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----
10. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 151.180,50 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 1.2.1. 0102/07030313 0206 2017 I 28. À consideração Superior. -----
- Divisão de Obras Públicas, 31 de julho de 2017-----
- O Técnico responsável na ausência da Chefe de Divisão-----
- (Eng.º Vitor Pereira) -----

Em Anexo: -----

- Projeto de Execução; -----
- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----
- Programa de Procedimento; -----
- Caderno de Encargos; -----
- Plano de Segurança e Saúde; -----
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.10. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA Nº 3 - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA DO CANEIRO - APROVAÇÃO DA ANÁLISE DE ERROS E OMISSÕES - PARA RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente a informação nº 319/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 9 de junho de 2017, deliberou autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa. -----

Na fase correspondente á apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, veio a apresentar uma lista de erros e omissões. -----

Após análise da mesma, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido.

Nos termos do exposto no n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão daquele prazo. -----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) A aceitação da análise dos erros e omissões, anexando-se o documento elaborado pelo Júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso; -----

b) Que, dado que o presente documento apenas poderá ser presente à reunião ordinária de Câmara que se realiza no próximo dia 4 de agosto, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do n.º 5 do artigo 61 do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município já que a obra se encontra inscrita no Norte 2020 - Programa Operacional Regional do Norte - (Aviso: NORTE-73-2016-02 - Desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino - Infraestruturas educativas para o ensino escolar (Ensino básico e secundário)), dispondo de um prazo limitado para a sua realização física e financeira, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados. -----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 4 de agosto de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara. -----

d) Nos termos do n.º 7 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão. -----

e) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o n.º 3 do artigo 64.º do Código dos contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder à prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º. -----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 31 de julho de 2017, até às 17 horas. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 25 de julho de 2017-----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Rodrigues) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.26. -----

Aprovo. Proceda-se em conformidade. -----
 À próxima reunião de câmara para ratificação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 26 de julho de 2017. -----

1.11. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - APROVAÇÃO DA ANÁLISE DE ERROS E OMISSÕES - PARA RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente a informação n.º 322/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 23 de junho de 2017, deliberou autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa. -----

Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, veio a apresentar uma lista de erros e omissões. -----

Após análise da mesma, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Nos termos do exposto no n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão daquele prazo. -----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) A aceitação da análise da lista dos erros e omissões apresentada, anexando-se a este documento a análise do Júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso; ---

b) Que, dado que o presente documento apenas poderá ser presente à reunião ordinária de Câmara que se realiza no próximo dia 4 de agosto, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do n.º 5 do artigo 61 do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município já que a obra se encontra inscrita no programa POSEUR-12-2016-38, dispondo de um prazo limitado para a sua realização física e financeira, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados. -----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 4 de agosto de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara. -----

d) Nos termos do n.º 7 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão. -----

e) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o n.º 3 do artigo 64.º do Código dos contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder à prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º. -----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 2 de agosto de 2017, até às 17 horas. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 27 de julho de 2017 -----

A Técnica responsável na ausência da Chefe de Divisão -----

(Eng.^a Fernanda Serra) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.27. -----

Aprovo. Proceda-se em conformidade. -----

À reunião de câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 27 de julho de 2017. -----

1.12. ECOVIA DE VIDAGO - TROÇO 1 (TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA CONDE CARIA E O BALNEÁRIO TERMAL DE VIDAGO) - APROVAÇÃO DA ANÁLISE DE ERROS E OMISSÕES - PARA RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente a informação n.º 322/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 9 de junho de 2017, deliberou autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa. -----

Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, veio a apresentar uma lista de erros e omissões. -----

Após análise da mesma, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Nos termos do exposto no n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão daquele prazo. -----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) A aceitação da análise da lista dos erros e omissões apresentada, anexando-se a este documento a análise do Júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso; ---

b) Que, dado que o presente documento apenas poderá ser presente à reunião ordinária de Câmara que se realiza no próximo dia 4 de agosto, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do n.º 5 do artigo 61 do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o Município, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados. -----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 4 de agosto de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara. -----

d) Nos termos do nº7 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão. -----

e) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o nº3 do artigo 64ª do Código dos contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder á prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º. -----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 1 de agosto de 2017, até às 17 horas. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 27 de julho de 2017 -----

A Técnica responsável na ausência da Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Fernanda Serra) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.27. -----

Aprovo. Proceda-se em conformidade. -----

À reunião de câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 26 de julho de 2017. -----

1.13. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES-----

Foi presente a informação nº 314/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -

I - Enquadramento-----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 9 de junho de 2017, deliberou autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista á adjudicação da empreitada em causa.-----

Na fase correspondente á apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, veio a apresentar uma lista de erros e omissões.-----

Após análise da mesma, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido.---

Nos termos do exposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão daquele prazo.-----

II - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:---

a) A aceitação dos erros e omissões, anexando-se a este documento a análise do Júri do Concurso. De salientar que não há lugar á alteração do preço base do concurso;-----

b) Que, dado que o presente documento apenas poderá ser presente à reunião ordinária de Câmara que se realiza no próximo dia 4 de agosto, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do n.º 5 do artigo 61 do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município já que a obra se encontra inscrita no Programa Operacional Região Norte - Norte 2020 - PAMUS 1.4, dispondo de um prazo limitado para a sua realização física e financeira, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados.-----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 4 de agosto de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excepcional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.-----

d) Nos termos do n.º 7 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão.-----

e) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o n.º 3 do artigo 64ª do Código dos contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder à prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º.-----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 26 de julho de 2017, até às 17 horas.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 20 de julho de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Rodrigues)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.20. -----

Aprovo. À próxima reunião de câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 20 de julho de 2017. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS

IX
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

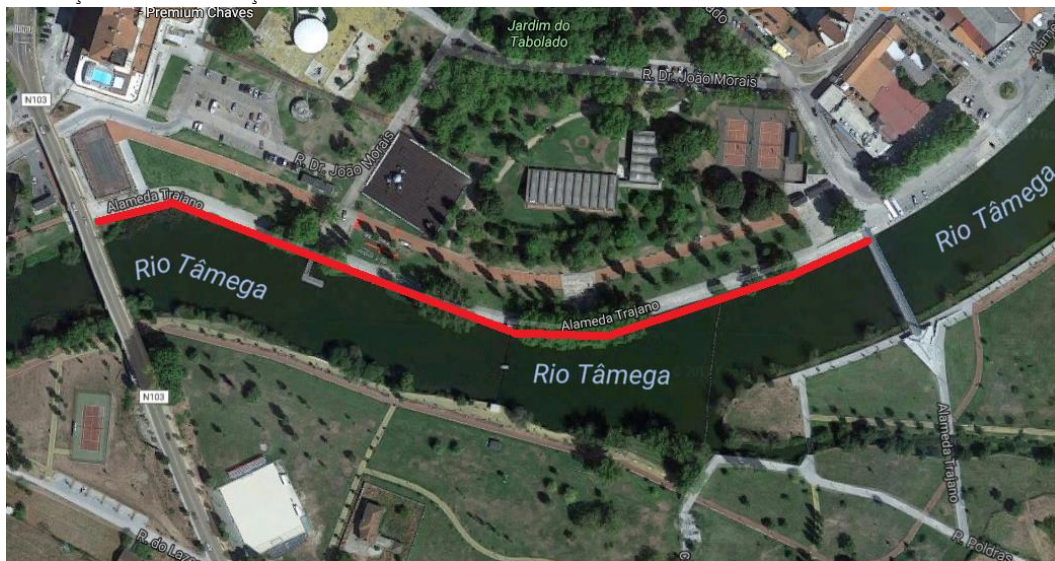
1. INSTALAÇÃO DE BANCOS DE GRANITO E GUARDAS METÁLICAS - LOCAL: ALAMEDA DE TRAJANO (MARGEM DIREITA DO RIO TÂMEGA) - INFORMAÇÃO 94/UFRO/2017-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1 - Enquadramento-----

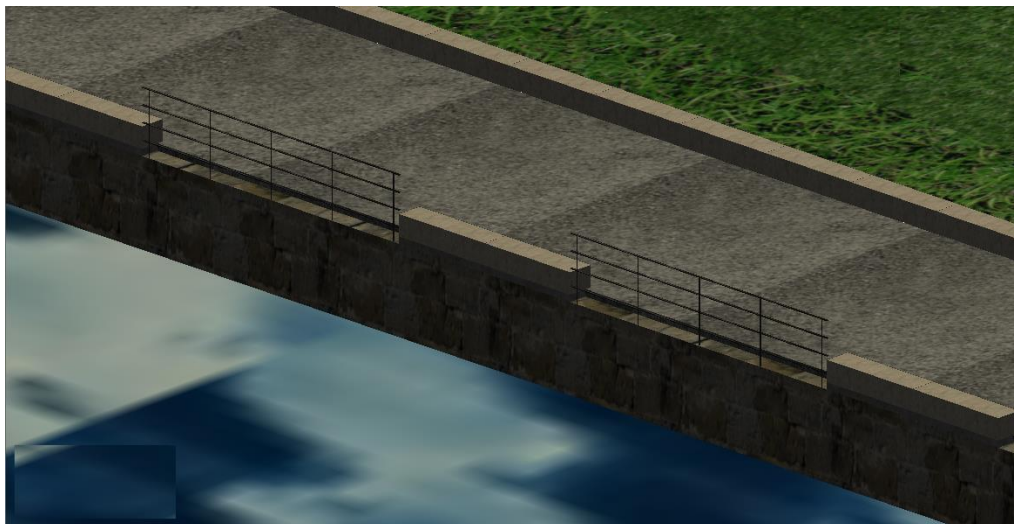
O Sr. Presidente do Município de Chaves, solicitou, a esta unidade, a instalação de guardas na Alameda de Trajano (margem direita do rio Tâmega), troço compreendido entre a ponte Engenheiro Barbosa Carmona e ponte pedonal metálica.-----

Localização do troço:-----

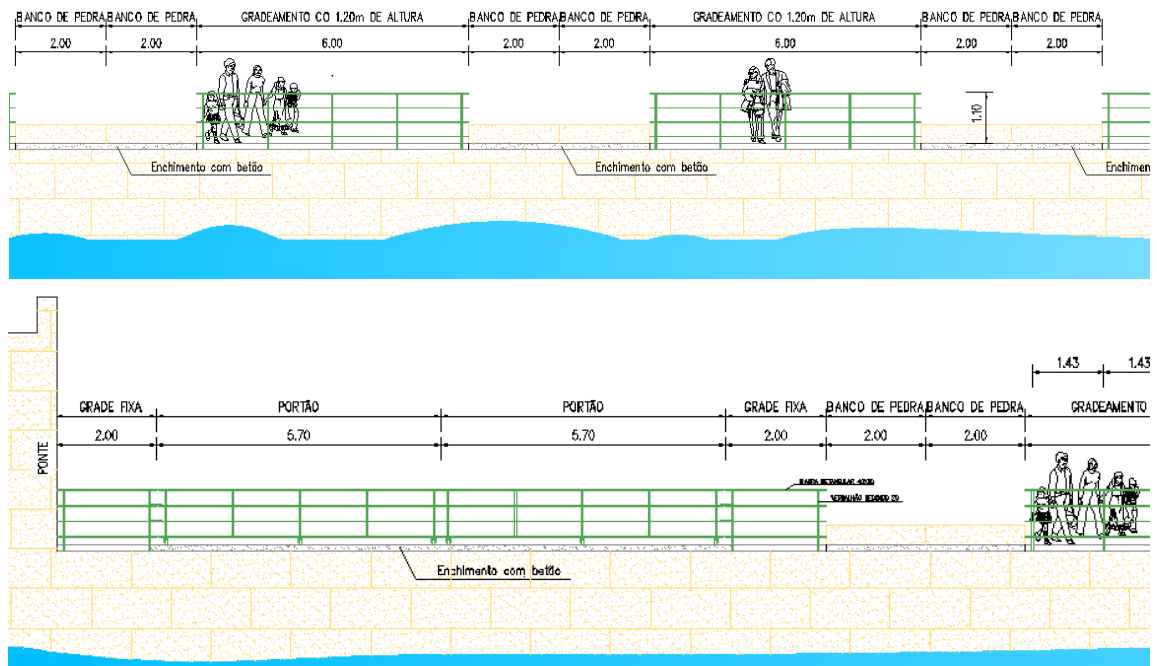


2 - Fundamentação-----

O referido troço, está desprovido de guardas, o que representa perigo de queda para quem aí circula, principalmente crianças, pelo que, é necessário proceder à instalação de guardas no referido local.----- Assim, executou-se um estudo para o local, que propõe a colocação de pares de bancos de granito existentes em estaleiro, provenientes do parque multiusos, intercalados com guardas metálicas a executar.----



Guardas metálicas com 6,00ml - par de bancos 4.00ml-----



O orçamento para execução da obra é de **13.471,11€** (Treze mil quatrocentos e setenta e um euros e onze cêntimos), acrescido da taxa de iva em vigor.-----

A mão de obra será prestada pela Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais.-----

O custo do fornecimento de materiais será suportado pelo Município de Chaves.-----

O tempo estimado para realização dos trabalhos é de três (3) meses.-

O encargo económico com a presente aquisição de materiais e serviços têm cabimento na seguinte rubrica orçamental do plano plurianual de investimento: 07.03.06 2003 I 15.-----

Segue em anexo peças desenhadas e escritas referentes ao assunto supramencionado.-----

3 - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que o presente assunto, seja encaminhado para o Sr. Presidente do Município de Chaves para análise e pronuncia de decisão;-----

b) Posteriormente, deverá esta unidade, ser informada da resolução sobre a matéria.-----

À consideração superior,-----

12/07/2017-----

O Chefe de Divisão-----

(Inácio Morais, Eng.º)-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo, sobre a matéria, tecidos os seguintes comentários: -- Embora concorde com a colocação de barreiras de proteção nas margens do rio Tâmega, não me parece que a solução apresentada seja a mais segura para as crianças e adultos, nem a que se enquadra melhor na área envolvente, em termos arquitetónicos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- Os serviços municipais competentes irão ponderar a sugestão avançada, pelo Vereador do Partido Socialista, e consubstanciada na colocação de encostos e/ou gradeamento nos bancos a instalar junto à margem do Rio Tâmega. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. AJUSTE DIRETO Nº27/SC/2016 - AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO 2016/2017. NÃO LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO. INFORMAÇÃO Nº17/SC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- No seguimento da informação nº7/SC/2017, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, datada do pretérito dia 26 de maio de 2017, deliberou, por unanimidade, não autorizar a liberação parcial da caução prestada pela empresa "Auto Viação do Tâmega, Lda" no procedimento "Ajuste Direto nº27/SC/2016 - Aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2016/2017; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 121º e artigo 122º do Código do Procedimento Administrativo, procedeu-se à notificação do interessado da decisão administrativa praticada pela Câmara Municipal de Chaves; -----

- Considerando que, esgotado o prazo concedido para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita - , a empresa "Auto Viação do Tâmega, Lda." não apresentou qualquer sugestão quanto ao referido sentido de decisão. -----

2. Da proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) No seguimento da informação nº7/SC/2017, em anexo, que se torne definitiva a decisão de não autorização da liberação parcial da caução prestada pela empresa "Auto Viação do Tâmega, Lda."; -----

b) Que seja notificado o interessado, nos termos do disposto no artigo 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão administrativa que vier a ser praticada pela Câmara Municipal de Chaves. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 27 de julho de 2017 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges) -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. AJUSTE DIRETO Nº27/SC/2016 - AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO 2016/2017. LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO. INFORMAÇÃO Nº 18/SC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, datada do pretérito dia 9 de junho de 2016, deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da prestação de serviço em causa; --

- Considerando que, a Câmara Municipal de Chaves, em reunião ordinária, datada do pretérito dia 19 de agosto de 2016, deliberou, por unanimidade, adjudicar, à empresa " Auto Viação do Tâmega, Lda.", a prestação de serviço identificada em epígrafe, no valor de 318.650,00 (trezentos e dezoito mil, seiscentos e cinquenta euros); -----

- Considerando que, o ato adjudicatório, no dia 2016.09.23, veio a ser formalizado através da assinatura do competente contrato administrativo;-----

- Considerando que, no cumprimento do exposto na cláusula 6ª do referido contrato, o adjudicatário, para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, prestou a favor do Município de Chaves um depósito de garantia efetuado na Tesouraria Municipal através da guia nº151/2016, no valor de 15.932,50 (quinze mil novecentos e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos), correspondendo a 5% do montante total da prestação de serviço objeto do presente contrato;-----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 30 dias após o cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adjudicante promove a liberação da caução prestada;-----

- Considerando que, de acordo com informação prestada pela técnica superior, Dr.ª Lídia Pinto, o adjudicatário cumpriu todas as suas obrigações contratuais, devendo cancelar-se a respetiva garantia a favor do Município de Chaves;-----

2. Da proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que seja autorizada a liberação da caução, no valor de 15.932,50 (quinze mil novecentos e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos) prestada pela empresa "Auto Viação do Tâmega, Lda.." a favor do Município de Chaves; -----

b) Que, para o efeito, seja este assunto agendado para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, em vista à obtenção da competente deliberação; -----

c) Por último, caso a presente proposta seja autorizada pelo Executivo Municipal, que seja notificado o interessado, nos termos do

disposto no artigo 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão administrativa que vier a ser praticada pela Câmara Municipal de Chaves.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 28 de julho de 2017 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.07.31. -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL EM REGIME DE MERCADO LIVRE, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 259º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, CELEBRADO ENTRE A ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ENTIDADES FORNECEDORAS SELECIONADAS. AQ-ENERGIA - GÁS NATURAL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto nos decretos-lei nº66/2010 de 11 de junho e nº74/2012 de 26 de março, foi estabelecido o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural;-----

- Considerando que, na sequência do procedimento lançado ao abrigo do acordo quadro, nos termos do disposto no artigo 259º do CCP, veio a ser formalizado, no dia 25 de julho de 2016, o contrato referente ao lote 1 entre o Município de Chaves e a empresa "Galp Power, S.A." e do lote 2 entre o Município de Chaves e a empresa "Goldenergy - Comercializadora de Energia, S.A."; -----

- Considerando que, na sequência do procedimento "Ajuste Direto nº35/SC/2017", vieram a ser formalizados novos contratos com as referidas empresas no sentido de assegurar a continuidade do fornecimento do bem às instalações do Município de Chaves até ao dia 25 de setembro de 2017; -----

- Considerando que os referidos contratos terminam o seu prazo no dia 25 de setembro de 2017; -----

- Considerando que, neste momento, importa promover a abertura de um novo procedimento com vista a celebrar um contrato de fornecimento de gás natural às várias instalações do Município de Chaves, pelo período de um ano; -----

Assim, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

2. Escolha do tipo de procedimento -----

- Considerando que a estimativa para o fornecimento de gás natural para o período de um ano é de aproximadamente 193.464,60 (cento e

noventa e três mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e sessenta cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, repartidos da seguinte forma: -----

- Lote 1 - Consumo $\leq 10.000 \text{ m}^3/\text{ano}$ Baixa Pressão (BP) - 36.639,75; -
 - Lote 2 - Consumo $> 10.000 \text{ m}^3/\text{ano}$ Baixa Pressão (BP) - 156.824,85. --
 - Considerando que, nos termos do disposto nos artigos 251º a 259º do Código dos Contratos Públicos (CCP), podemos celebrar contratos ao abrigo de um acordo quadro dirigindo aos co-contratantes do acordo quadro que reúnam as condições necessárias para a execução das prestações objeto desses contratos um convite à apresentação de propostas circunscritas;-----

Assim, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do Código dos Contratos Públicos, solicita-se autorização, à Câmara Municipal de Chaves, para celebração de contrato ao abrigo do acordo quadro "AQ-Energia-Gás Natural" celebrado pela Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, conforme o disposto no artigo 259º do Código dos Contratos Públicos, para a adjudicação do fornecimento de gás natural em regime de mercado livre.

3. Aprovação do processo de procedimento -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto no artigo 259º do Código dos Contratos Públicos, acompanham a presente proposta o caderno de encargos e o ofício convite para apresentação de propostas a remeter aos seguintes participantes: -----

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.; -----
 - Galp Power, S.A.; -----
 - Gold Energy - Comercializadora de Energia, S.A.; -----
 - Rolear - Automatizações, Estudos e Representações, S.A. -----

4. Designação do júri -----

Tornando-se necessário, nos termos do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, proceder à nomeação do júri a quem compete a realização de todas as operações do procedimento, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efetivos: -----
 - Presidente: Dr. Marcelo Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----

- 1º Vogal: Eng.º José Figueiredo, Técnico Superior; -----
 - 2º Vogal: Dr.ª Márcia Santos, Chefe da Divisão de Gestão Financeira. O primeiro vogal substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----

- Membros suplentes: -----
 - 1º Vogal: Dr.º Marcos Barroco, Técnico Superior; -----
 - 2º Vogal: Susana Borges, Técnica Superior, em regime de mobilidade.

5. Delegação de competências -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

6. Compromissos plurianuais -----

- Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, e ulteriores alterações, conjugado com o artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal; -----

- Considerando que está previsto que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realize no dia 6 de setembro de 2017; -----

- Considerando que os contratos, que estão em vigor, referente ao fornecimento de gás natural às diversas instalações do Município de Chaves, terminam o seu prazo no dia 25 de setembro de 2017; -----

- Considerando que o período compreendido entre a realização da sessão da assembleia municipal e o término dos referidos contratos não é suficiente para que se inicie e conclua o procedimento a tempo de celebrarmos os novos contratos de fornecimento de gás natural às instalações do Município de Chaves até ao dia 25 de setembro de 2017;-

- Considerando que é necessário dar continuidade ao fornecimento do gás natural às diversas instalações do Município de Chaves, sob pena de prejudicar gravemente o funcionamento dessas instalações; -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir que a assunção do presente compromisso plurianual seja autorizado pela Câmara Municipal e, nos termos do disposto no nº3 do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo, que seja submetida a presente proposta ao Órgão Deliberativo Municipal, a fim de este ratificar o ato administrativo. -----

Por ano económico

Fornecimento de gás natural às diversas instalações do Município de Chaves	2017	2018
	48.366,15 (1)	145.098,45 (1)

(1) Valores estimados -----

7. Cabimento orçamental -----

O presente procedimento tem cabimento orçamental nas rubricas: 02020104 e 0602030599. -----

À consideração superior.-----

Chaves, 28 de julho de 2017 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges) -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo solicitado informação, sobre os consumos de gás imputados, no âmbito do presente procedimento, ao Museu Nadir Afonso, solicitando, ainda, cópia do respetivo caderno de encargos. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

4. AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018. AJUSTE DIRETO Nº27/SC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP (Código dos Contratos Públicos),

a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, datada do pretérito dia 9 de junho de 2017, autorizou a abertura de um procedimento por ajuste direto para aquisição do serviço identificado em epígrafe, nos termos do disposto na alínea e), do nº1 do artigo 24º do CCP; -----

- Considerando que, a Assembleia Municipal de Chaves, em sua sessão ordinária, no dia 28 de junho de 2017, aprovou, por unanimidade, a assunção do compromisso plurianual, referente à aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2017/2018; ----

- Considerando que foi convidada a empresa "Auto Viação do Tâmega" a apresentar as suas melhores condições contratuais para a referida prestação de serviço; -----

- Considerando que a proposta apresentada pela referida empresa cumpre o estipulado no caderno de encargos, conforme despacho da técnica superior, Dr.ª Lídia Pinto, exarado na proposta do concorrente; ----

Considerando que, as condições contratuais propostas pelo concorrente são as expostas no quadro sinóptico infra: -----

Empresa	Valor	Condições de pagamento
Auto Viação do Tâmega	292.366,69	60 Dias

Assim, atendendo às razões anteriormente expostas, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

2. Autorização da despesa - adjudicação -----

O valor da despesa é de 292.366,69 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposta do concorrente "Auto Viação do Tâmega", em anexo. -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) Propor, nos termos do nº1 do artigo 73º do CCP, a adjudicação, mediante ajuste direto, nos termos do disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 24º do citado Código, à empresa "Auto Viação do Tâmega" da prestação de serviço em causa, nos termos da proposta apresentada; --

b) Que seja dispensada a audiência prévia dos interessados, tendo em conta o nº2 do artigo 125º do CCP; -----

c) Que seja celebrado o contrato escrito, da presente prestação de serviço, nos termos do disposto no artigo 94º do citado Código. ----

Chaves, 19 de julho de 2017 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges)-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. CONCURSO PÚBLICO Nº5/SC/2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018 - RELATÓRIO FINAL. INFORMAÇÃO Nº17/SC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, no dia 09 de junho de 2017 autorizou a abertura de um procedimento por concurso público para aquisição de serviços de transporte terrestre de alunos, em circuitos especiais, para o ano letivo de 2017/2018; -----

- Considerando que, dentro do prazo estabelecido para apresentação de propostas, deram entrada nos serviços administrativos municipais as propostas das seguintes empresas: -----

- A Giróundo - Viagens e Turismo, Lda.; -----

- Auto Viação do Tâmega, Lda.; -----

- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves. -----

- Considerando que, no dia 17 de julho de 2017, o júri responsável pela condução do presente procedimento elaborou o relatório preliminar no qual propôs a adjudicação provisória da presente prestação de serviço aos seguintes concorrentes:-----

Nº lote	Nº circuito	Concorrente	Preço unitário	Preço total/ano letivo (170 dias)
1	1	A Giróundo - Viagens e Turismo, Lda.	77,95€/dia	13.251,50€
2	2	Auto Viação do Tâmega, Lda.	65,00€/dia	11.050,00€
3	3	Auto Viação do Tâmega, Lda.	62,00€/dia	10.540,00€
4	4	Auto Viação do Tâmega, Lda.	67,00€/dia	11.390,00€
5	5	Auto Viação do Tâmega, Lda.	72,00€/dia	12.240,00€
6	6	Auto Viação do Tâmega, Lda.	76,00€/dia	12.920,00€
7	7	Auto Viação do Tâmega	72,00€/dia	12.240,00€
8	9	Auto Viação do Tâmega, Lda.	78,00€/dia	13.260,00€
9	11	Auto Viação do Tâmega, Lda.	48,50€/dia	8.245,00€
10	13	Auto Viação do Tâmega, Lda.	68,00/dia	11.560,00€
11	14	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves	0,45€/Km	4.513,50€
12	15	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves	27,00€/dia	4.590,00€
13	17	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves	0,32€/Km	7.289,60€

- Considerando que, nos termos do disposto nos artigos 123º e 147º do CCP, o relatório preliminar foi enviado a todos os concorrentes a fim de estes se pronunciarem sobre o mesmo; -----

- Considerando que, dentro do prazo concedido para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita -, vieram os concorrentes "Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves" e "Auto Viação do Tâmega, Lda." participar na tomada de decisão, conforme o exposto no relatório final, elaborado pelo júri responsável pela condução do presente procedimento; -----

- Considerando que, ponderadas as alegações apresentadas pelos referidos concorrentes, o júri, deliberou, por unanimidade, julgar improcedentes os argumentos apresentados, em sede de audiência dos interessados, pelos concorrentes "Auto Viação do Tâmega, Lda." e "Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves". -----

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, e nos termos do disposto no artigo 148º do CCP, remeto, para aprovação, o relatório final, à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, a Câmara Municipal. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 31 de julho de 2017 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges)-----

Em anexo: Processo Administrativo. -----

As propostas dos concorrentes estão disponibilizadas na íntegra na plataforma eletrónica vortalnext. -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018 - RELATÓRIO FINAL. -----

Aos vinte e sete dias do mês de julho, do ano de dois mil e dezassete, pelas dez horas, no gabinete do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, da Câmara Municipal de Chaves, reuniu o júri designado para análise do procedimento identificado em epígrafe, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Marcelo Caetano Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----

- 1º Vogal: Carlos França, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural; -----

- Na ausência do 2º Vogal, o 1º vogal suplente: Lídia Felisbela da Silva Pereira Pinto, Técnica Superior; -----

A reunião teve por finalidade ponderar as eventuais observações apresentadas pelos concorrentes, em sede de audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 147º do Código dos Contratos Públicos, e proceder à elaboração do relatório final, conforme decorre do disposto no artigo 148º do mesmo código. -----

I - Das alegações apresentadas em sede de audiência dos interessados

1. O concorrente "Auto Viação do Tâmega, Lda" veio, através de requerimento, via Vortal, com entrada no dia dezanove de julho de dois mil e dezassete e no exercício do direito do contraditório, apresentar as seguintes observações relativamente ao relatório preliminar datado do pretérito dia dezassete, do mês de julho, alegando, em síntese, na exposição apresentada, os seguintes argumentos: -----

2.1."O concorrente Girómundo - Viagens e Turismo, Lda, apresentou proposta para o circuito nº1, tendo apresentado o formulário principal disponibilizado na plataforma eletrónica preenchido de forma incorreta não cumprindo com o exposto no Anexo I da Portaria nº701 - G/2008 de 29 de Julho, a que se refere a alínea d) do nº2 do artigo 15º, uma vez que no Código da Proposta do respetivo formulário principal apresentaram o código 0.1 e não o código 1.0, conforme estipulado legalmente....sendo assim o primeiro código deve ser 1 (indicação do lote a que concorre) separado por ponto do segundo código(indicação da proposta base) que deve ser 0 (zero), conjugado com o Art. 13º do Decreto Lei nº 143-A/2008, de 25 de julho. No próprio "Formulário Principal" está mencionado que "...Esta inserção deverá estar de acordo com o anexo II DO Decreto Lei nº96/2015". -----

"Sendo assim a Auto Viação do Tâmega, Lda. vem requerer a V. Exas. a exclusão deste concorrente no referido circuito nº 1." -----

2. O Concorrente "Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves" veio, através de requerimento, via Vortal, com entrada no dia vinte e quatro de julho de dois mil e dezassete e no exercício do direito do contraditório, apresentar as seguintes observações relativamente ao relatório preliminar datado do pretérito dia dezassete de julho,

alegando, em síntese, na exposição apresentada, os seguintes argumentos: -----

"Ao abrigo do disposto no nº1, do artigo 123º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro e ulteriores alterações, vem a delegação de chaves da cruz vermelha portuguesa, expor e requerer o que se segue. -----

É manifestado no relatório preliminar a intenção de excluir a expoente e concorrente do circuito 3, lote 3. -----

Não concordamos com tal intenção, porquanto a proposta por nós apresentada cumpre na íntegra as condições constantes do caderno de encargos, exortando o digníssimo júri a confrontar com mais minúcia ambos. -----

Requerendo, assim, que a decisão, ora preliminar, seja subvertida e sejam adjudicados os sobreditos circuitos e lotes à expoente." -----

II - Do dever de ponderação das alegações apresentadas -----

1. Sobre as alegações apresentadas pelo concorrente "Auto Viação do Tâmega, Lda.", o júri esclarece o seguinte: -----

As alegações colocadas pelo concorrente, ora expoente, no que respeita à não indicação, por parte da concorrente "A Girómunro - Viagens e Turismo, Lda.", dos elementos de codificação das respetivas propostas, já foi objeto de apreciação nos relatórios finais dos concursos públicos de "Aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos em circuitos especiais" Nº02/SC/2012, Nº02/SC/2014 e Nº01/SC/2016, tendo o júri decidido que tal matéria não era considerada essencial e justificadora para a exclusão. -----

Assim em coerência com a decisão tomada em oito de agosto de 2012, doze de agosto de 2014 e três de agosto de 2016, o júri reitera a mesma posição e que se passa a transcrever: -----

"A deficiência ora indicada pelo concorrente, ora expoente, e consubstanciada no facto da proposta apresentada pelo concorrente "A Girómunro - Viagens e Turismo, Lda." não ter procedido a uma correta indicação dos elementos de codificação das respetivas propostas, para efeitos do disposto na portaria nº 701-G/2008, de 29 de julho, não é motivo justificador da sua exclusão". -----

"De facto, tal incorreção não deve ser considerada, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista material, essencial ao ponto de comprometer os aspetos fundamentais da proposta em crise, nomeadamente o seu conteúdo negocial, a sua clareza e justeza e a sua conformidade face às regras previstas nas peças do procedimento, muito concretamente, caderno de encargos e programa de concurso". -----

"Tanto mais que a decisão de admissão da proposta não compromete, bem antes pelo contrário, qualquer dos princípios enformadores do procedimento, nomeadamente o princípio da concorrência, da igualdade e da imparcialidade e da prossecução do interesse público que está subjacente à celebração do contrato sendo o seu conteúdo e os seus atributos respeitadores das peças do procedimentos em causa, razão pela qual não se vislumbra base legal para a sua exclusão, nos termos definidos, sobre a matéria, nos artigos 70 e 146, todos do Código dos Contratos Públicos." -----

3. Sobre as alegações apresentadas pelo concorrente "Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves", o júri reitera a decisão de exclusão da proposta apresentada pelo concorrente Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves, com projeção no lote 3 - Circuito nº3 e lote 9 - Circuito nº 11, nos termos do disposto na alínea b) do nº2 do artigo 70º do CCP, uma vez que a referida proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos. -----

III - Da Decisão Final -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

a) Julgar improcedentes os argumentos apresentados, em sede de audiência dos interessados, pelo concorrente "Auto Viação do Tâmega, Lda," não sendo os mesmos suscetíveis de justificar a alteração do sentido de decisão perfilhado no relatório preliminar de dezassete de julho de dois mil e dezassete. -----

b) Julgar improcedentes os argumentos apresentados, em sede de audiência dos interessados, pelo concorrente "Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves" não sendo os mesmos suscetíveis de justificar a alteração do sentido de decisão perfilhado no relatório preliminar de dezassete de julho de dois mil e dezassete. A proposta da concorrente Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves, ao arrepio do previsto, sobre a matéria, no caderno de encargos, propõe a realização do circuito nº3 ou do circuito nº 11, com duas viaturas, Fiat Ducato, de 14 lugares e a viatura Renault Master, de 16 lugares, contrariando as disposições previstas no artigo 4º do caderno de encargos, do Concurso Público "Valor Base", particularmente, no que concerne à definição das características da viatura que deverá assegurar a realização do circuito nº3 e nº11, combinadas com as disposições previstas no Anexo I, do referido documento, da qual resulta inequívoco que tais circuitos deverão ser realizados da seguinte forma: "Em mini-autocarro de passageiros, com a lotação de 27 lugares". -----

c) Tornar definitivo o sentido de adjudicação, exposto no relatório preliminar, no que respeita aos restantes circuitos e nos termos do quadro sinóptico abaixo apresentado, remetendo-se o presente relatório - relatório final - à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, à Câmara Municipal, tendo ficado por adjudicar o Lote 14 - circuito nº19, o Lote 15 - circuito nº20 e o Lote 16 - circuito nº21.

d) Propor que seja celebrado o contrato escrito, da presente adjudicação, com os seguintes concorrentes, nos termos do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos: -----

Lote	Circuitos	CONCORRENTES	PREÇO
1	1	A Giróundo Viagens e Turismo, Lda	77.95€/dia
2	2	Auto Viação do Tâmega, Lda.	65.00€/dia
3	3	Auto Viação do Tâmega, Lda.	62.00€/dia
4	4	Auto Viação do Tâmega, Lda.	67.00€/dia
5	5	Auto Viação do Tâmega, Lda.	72.00€/dia
6	6	Auto Viação do Tâmega, Lda.	76.00€/dia
7	7	Auto Viação do Tâmega, Lda.	72.00€/dia
8	9	Auto Viação do Tâmega, Lda.	78.00€/dia
9	11	Auto Viação do Tâmega, Lda.	48.50€/dia
10	13	Auto Viação do Tâmega, Lda.	68,00€/dia
11	14	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves	0.45€/km
12	15	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves	27,00€/dia
13	17	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves	0,32€/km
14	19	Não adjudicado	
15	20	Não adjudicado	

16	21	Não adjudicado	
----	----	----------------	--

e) Que seja aprovada a minuta do contrato, em anexo, nos termos do n.º 2 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos. -----

f) Nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do citado código, que sejam dados 10 dias úteis aos respetivos adjudicatários para apresentarem os documentos de habilitação referidos nas alíneas d), e) e i) do artigo 55.º do mesmo código e nos termos do programa de concurso. -----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, o qual vai ser assinado pelos membros do júri. -----

O júri -----

(Dr. Marcelo Caetano Delgado -----

(Eng. Carlos França) -----

(Dr.ª Lúcia Pinto) -----

MINUTA DO CONTRATO DE "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS EM CIRCUITOS ESPECIAIS PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018 - CIRCUITOS N.ºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11 e 13".-----

No dia --- de ----- de 2017, celebram o presente contrato de "Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Alunos em Circuitos Especiais para o ano letivo de 2017/2018 - circuitos n.ºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11 e 13", pelo preço total de **€ 103 445,00** (cento e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Arq.º António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

E-----

Como Segundo Contratante, **AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA, LDA.**, com sede no Largo da Estação, em 5400 Chaves, Pessoa Coletiva n.º 500038619, com o número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de -----, com o capital social de ----- euros, neste ato legalmente representada por -----, (estado civil), natural de -----, residente em -----, titular do cartão de cidadão n.º -----, válido até -----, na qualidade de ----- da mencionada sociedade, com poderes para o ato conforme -----, documento que fica arquivado, em anexo, ao presente contrato.-----

Cláusula 1ª Objeto-----

1- O objeto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do Concelho de Chaves, para o ano letivo 2017/2018.-----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.

3 - Classificação estatística de produtos por atividades a que se refere o Regulamento (CE) N.º 1232/98, da Comissão, de 17 de junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3, subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; referências - CPC (1991) 71212.-----

Cláusula 2ª Local da prestação de serviços-----

1- Os serviços objeto do presente contrato serão prestados na área do concelho de Chaves.-----

2- Nos circuitos a realizar em mini-autocarro de passageiros é obrigatória a presença de vigilante, conforme o n.º 1, do artigo n.º

8, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, sendo a sua presença da responsabilidade do segundo contratante.-----

Cláusula 3ª Prazo da prestação de serviços -----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano letivo 2017/18, sendo o seu início coincidente com o 1º dia letivo.

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos.-----

Cláusula 4ª Vigilantes-----

1- Ao vigilante compete o disposto nos artigos n.ºs 8, 10 e 11, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.-----

2 - Após a assinatura do presente contrato, o segundo contratante deve comprovar junto do Setor de Educação - Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - a idoneidade do respetivo vigilante, apresentando para o efeito o registo criminal do mesmo.-----

Cláusula 5ª Lotação-----

No que respeita à lotação dos veículos pesados, é da responsabilidade do segundo contratante garantir que o veículo realize todas as manobras nas localidades previstas nos respetivos circuitos, quando o mesmo tenha uma lotação superior à solicitada no caderno de encargos, não resultando daí qualquer encargo para a Autarquia.-----

Cláusula 6ª Regularidade do Serviço-----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados:-----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite.-----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respetivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de Ensino, o centro de cada localidade, com exceção para os alunos de Ensino Especial que será a sua residência.-----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos.-----

2 - A execução dos circuitos especiais deverá ser levada a efeito de acordo com as disposições da Lei n.º 13/2006 de 17 de abril e do D.L. n.º 299/84, de 5 de Setembro.-----

3 - Em todos os veículos, ligeiros e pesados, é obrigatória a utilização de sistemas de retenção para crianças (SRC), devidamente homologados e adequados ao seu tamanho e peso.-----

Cláusula 7ª Preço e condições de pagamento-----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 103 445,00** (cento e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

2. Os pagamentos serão processados mediante a apresentação de faturas mensais, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito.-----

3 - As faturas serão pagas no prazo de 60 dias úteis, contados a partir da sua receção nos serviços do primeiro contratante.-----

Cláusula 8ª Sigilo-----

O segundo contratante garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade do primeiro contratante.-----

Cláusula 9ª Cessão da posição contratual-----

1- O segundo contratante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro contratante.-----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:----

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo contratante no presente procedimento;-----

b) O primeiro contratante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. -----

Cláusula 10ª **Desistência da execução dos circuitos**-----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo contratante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro contratante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo.---

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes.-----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito especial não dá direito ao segundo contratante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização.-----

Cláusula 11ª **Penalidades**-----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo contratante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:-----

a) O segundo contratante não receberá qualquer pagamentos pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ----

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo contratante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro contratante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado;-----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo contratante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês letivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo contratante.-

Cláusula 12ª **Casos fortuitos ou de força maior**-----

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.-----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.-----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro contratante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporária, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso.-----

Cláusula 13ª **Caução para garantir o cumprimento de obrigações**-----

De acordo com o disposto no n.º 2, do Artigo 88º, do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à prestação de caução por parte do segundo contratante.-----

Cláusula 14ª **Revisão de preços**-----

A contratualização dos serviços objeto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços.-----

Cláusula 15ª Rescisão do contrato -----

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.-----

2- Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis.-----

3- No caso de no início do ano letivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro contratante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito.-----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano letivo deixar de se justificar a realização do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transporte possa ser efetuado em veículos com características diversas do utilizado.--

5- Neste caso, sempre que o segundo contratante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato.-----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos n.ºs 3 e 4, o segundo contratante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês letivo a 22 dias.-----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida.-----

8- No caso do número anterior, o primeiro contratante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização.-----

Cláusula 16ª Alteração dos circuitos-----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efetivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar.-----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao contrato inicial.-----

3- As situações previstas no ponto n.º 3, da cláusula 10ª e cláusula 16ª não configuram para o segundo contratante o direito de rescisão de contrato.-----

Cláusula 17ª Outros encargos-----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo contratante.-----

Cláusula 18ª Foro competente-----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.-----

Cláusula 19ª Prevalência -----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.-----

2- Em caso de dúvidas prevalece o disposto no artigo 96º, do Código dos Contratos Públicos.-----

Cláusula 20ª Características dos veículos-----

1 - Os veículos afetos à prestação de serviços objeto do presente contrato deverão cumprir todos os parâmetros técnicos e de segurança exigíveis pelos normativos nacionais em vigor e especialmente os relativos ao transporte coletivo de crianças, - Lei n.º 13/2006 de 17 de abril e Portaria n.º 1350/2006 de 27 de novembro.-----

2 - A identificação dos veículos utilizados na execução dos circuitos especiais é obrigatória, nos termos do n.º 4, do artigo 5º, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio, e conforme o constante do anexo III à Portaria n.º 1350/2006, de 27 de novembro.-----

Cláusula 21ª **Disposições finais**-----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.-----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 09 de junho de 2017;---

3- A prestação dos serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de --- de ---- de 2017;-----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de --- de ----- de 2017.-----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do primeiro contratante, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210; Cabimento n.º 1347/2017 de 25 de maio de 2017; Compromisso n.º 2452/2017 de 31/07/2017;-----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contratantes.-----

7 - Foram apresentados pelo segundo contratante:-----

Pelo Primeiro Contratante,-----

Pelo Segundo Contratante,-----

Contrato registado sob o n.º/17.

MINUTA DO CONTRATO DE "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS EM CIRCUITOS ESPECIAIS PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018 - CIRCUITO N.º 1".-----

No dia --- de ----- de 2017, celebram o presente contrato de "Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Alunos em Circuitos Especiais para o ano letivo de 2017/2018 - circuito n.º 1", pelo preço total de **€ 13 251,50** (treze mil, duzentos e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Arq.º António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

E-----
Como Segundo Contratante, **A GIRÓMUNDO - VIAGENS E TURISMO, LDA.**, com sede em Av. Barjona de Freitas, 4, 4850-521 Vieira do Minho, Pessoa Coletiva n.º 503578754, com o número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de -----, com o capital social de ----- euros, neste ato legalmente representada por -----, (estado civil), natural de -----, residente em -----, titular do cartão de cidadão n.º -----, válido até -----, na qualidade de ----- da mencionada sociedade, com poderes para o ato conforme -----, documento que fica arquivado, em anexo, ao presente contrato.-----

Cláusula 1ª **Objeto** -----

1- O objeto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do Concelho de Chaves, para o ano letivo 2017/2018.-----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.----

3 - Classificação estatística de produtos por atividades a que se refere o Regulamento (CE) N° 1232/98, da Comissão, de 17 de junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3, subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; referências - CPC (1991) 71212.-----

Cláusula 2ª **Local da prestação de serviços**-----

1- Os serviços objeto do presente contrato serão prestados na área do concelho de Chaves.-----

2- Nos circuitos a realizar em mini-autocarro de passageiros é obrigatória a presença de vigilante, conforme o n.º 1, do artigo n.º 8, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, sendo a sua presença da responsabilidade do segundo contratante.-----

Cláusula 3ª **Prazo da prestação de serviços**-----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano letivo 2017/18, sendo o seu início coincidente com o 1º dia letivo.-----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos.-----

Cláusula 4ª **Vigilantes**-----

1 - Ao vigilante compete o disposto nos artigos n.ºs 8, 10 e 11, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.-----

2 - Após a assinatura do presente contrato, o segundo contratante deve comprovar junto do Setor de Educação - Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - a idoneidade do respetivo vigilante, apresentando para o efeito o registo criminal do mesmo.-----

Cláusula 5ª **Lotação**-----

No que respeita à lotação dos veículos pesados, é da responsabilidade do segundo contratante garantir que o veículo realize todas as manobras nas localidades previstas nos respetivos circuitos, quando o mesmo tenha uma lotação superior à solicitada no caderno de encargos, não resultando daí qualquer encargo para a Autarquia.-----

Cláusula 6ª **Regularidade do Serviço**-----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados:-----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite.-----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respetivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de Ensino, o centro de cada localidade, com exceção para os alunos de Ensino Especial que será a sua residência.-----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos.-----

2 - A execução dos circuitos especiais deverá ser levada a efeito de acordo com as disposições da Lei n.º 13/2006 de 17 de abril e do D.L. n.º 299/84, de 5 de Setembro.-----

3 - Em todos os veículos, ligeiros e pesados, é obrigatória a utilização de sistemas de retenção para crianças (SRC), devidamente homologados e adequados ao seu tamanho e peso.-----

Cláusula 7ª **Preço e condições de pagamento**-----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 13 251,50** (treze mil, duzentos e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

2. Os pagamentos serão processados mediante a apresentação de faturas mensais, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito.-----

3 - As faturas serão pagas no prazo de 60 dias úteis, contados a partir da sua receção nos serviços do primeiro contratante.-----

Cláusula 8ª Sigilo-----

O segundo contratante garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade do primeiro contratante.-----

Cláusula 9ª Cessão da posição contratual-----

1- O segundo contratante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro contratante.-----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:---

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo contratante no presente procedimento;-----

b) O primeiro contratante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.-----

Cláusula 10ª Desistência da execução dos circuitos-----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo contratante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro contratante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo.

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes.-----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito especial não dá direito ao segundo contratante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização.-----

Cláusula 11ª Penalidades-----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo contratante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:-----

a) O segundo contratante não receberá qualquer pagamentos pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ----

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo contratante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro contratante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado;-----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo contratante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês letivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo contratante.-

Cláusula 12ª Casos fortuitos ou de força maior-----

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.-----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.-----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro contratante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporária, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso.-----

Cláusula 13ª Caução para garantir o cumprimento de obrigações-----

De acordo com o disposto no n.º 2, do Artigo 88º, do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à prestação de caução por parte do segundo contratante.-----

Cláusula 14ª Revisão de preços-----

A contratualização dos serviços objeto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços.-----

Cláusula 15ª Rescisão do contrato -----

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.-----

2- Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis.-----

3- No caso de no início do ano letivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro contratante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito.-----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano letivo deixar de se justificar a realização do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transporte possa ser efetuado em veículos com características diversas do utilizado.--

5- Neste caso, sempre que o segundo contratante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato.-----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos n.ºs 3 e 4, o segundo contratante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês letivo a 22 dias.-----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida.-----

8- No caso do número anterior, o primeiro contratante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização.-----

Cláusula 16ª Alteração dos circuitos-----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efetivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar.-----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao contrato inicial.-----

3- As situações previstas no ponto n.º 3, da cláusula 10º e cláusula 16ª não configuram para o segundo contratante o direito de rescisão de contrato.-----

Cláusula 17ª **Outros encargos**-----
 Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo contratante.-----
 Cláusula 18ª **Foro competente**-----
 Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.-----
 Cláusula 19ª **Prevalência**-----
 1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.-----
 2- Em caso de dúvidas prevalece o disposto no artigo 96º, do Código dos Contratos Públicos.-----
 Cláusula 20ª **Caraterística do veículo**-----
 1 - O veículo afeto à prestação de serviços objeto do presente contrato deverá cumprir todos os parâmetros técnicos e de segurança exigíveis pelos normativos nacionais em vigor e especialmente os relativos ao transporte coletivo de crianças, - Lei n.º 13/2006 de 17 de abril e Portaria n.º 1350/2006 de 27 de novembro.-----
 2 - A identificação do veículo utilizado na execução do circuito especial é obrigatória, nos termos do n.º 4, do artigo 5º, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio, e conforme o constante do anexo III à Portaria n.º 1350/2006, de 27 de novembro.-----
 Cláusula 21ª **Disposições finais**-----
 1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.-----
 2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 09 de junho de 2017;----
 3- A prestação dos serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de --- de ---- de 2017;-----
 4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de --- de ----- de 2017.-----
 5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do primeiro contratante, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210; Cabimento n.º 1347/2017 de 25 de maio de 2017; Compromisso n.º 2454/2017 de 31/07/2017;-----
 6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contratantes.-----
 7 - Foram apresentados pelo segundo contratante:-----
 Pelo Primeiro Contratante,-----
 Pelo Segundo Contratante,-----
 Contrato registado sob o n.º/17.-----

MINUTA DO CONTRATO DE "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS EM CIRCUITOS ESPECIAIS PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018 - CIRCUITOS N.ºs 14, 15 E 17".-----

No dia --- de ----- de 2017, celebram o presente contrato de "Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Alunos em Circuitos Especiais para o ano letivo de 2017/2018 - circuitos n.ºs 14, 15 e 17", pelo preço total de **€ 16 393,10** (dezasseis mil, trezentos e noventa e três euros e dez cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----
 Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Arq.º António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural de Valpaços, com

domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

E-----
 Como Segundo Contratnte, **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - DELEGAÇÃO DE CHAVES**, com sede na Rua Dr. Morais Sarmento, Edifício 6, Loja 24, 5400 - 082 Chaves, titular do NIPC n.º 500747749, registada na Conservatória do Registo Comercial de -----, neste ato legalmente representada por -----, (estado civil), natural de -----, residente em -----, titular do cartão de cidadão n.º -----, válido até -----, na qualidade de ----- da mencionada -----, com poderes para o ato conforme -----, documento que fica arquivado, em anexo, ao presente contrato.----

Cláusula 1ª Objeto-----

1- O objeto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos, em circuitos especiais, na área do Concelho de Chaves, para o ano letivo 2017/2018.-----

2- Os circuitos/percursos contratados no presente contrato, bem como a tipologia do veículo a utilizar para o efeito, são os constantes do anexo I, documento que faz parte integrante do presente contrato.---

3 - Classificação estatística de produtos por atividades a que se refere o Regulamento (CE) N° 1232/98, da Comissão, de 17 de junho de 1998, da seguinte forma: Categoria 60.21.3, subcategoria 60.21.22, Grupo 60.2; Classe 60.21; referências - CPC (1991) 71212.-----

Cláusula 2ª Local da prestação de serviços-----

1- Os serviços objeto do presente contrato serão prestados na área do concelho de Chaves.-----

2- Nos circuitos a realizar em mini-autocarro de passageiros é obrigatória a presença de vigilante, conforme o n.º 1, do artigo n.º 8, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, sendo a sua presença da responsabilidade do segundo contratante.-----

Cláusula 3ª Prazo da prestação de serviços -----

1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato deverá ser integralmente executada durante o ano letivo 2017/18, sendo o seu início coincidente com o 1º dia letivo.-----

2- A presente prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos.-----

Cláusula 4ª Vigilantes-----

1- Ao vigilante compete o disposto nos artigos n.ºs 8, 10 e 11, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.-----

2 - Após a assinatura do presente contrato, o segundo contratante deve comprovar junto do Setor de Educação - Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - a idoneidade do respetivo vigilante, apresentando para o efeito o registo criminal do mesmo.-----

Cláusula 5ª Lotação-----

No que respeita à lotação dos veículos pesados, é da responsabilidade do segundo contratante garantir que o veículo realize todas as manobras nas localidades previstas nos respetivos circuitos, quando o mesmo tenha uma lotação superior à solicitada no caderno de encargos, não resultando daí qualquer encargo para a Autarquia.-----

Cláusula 6ª Regularidade do Serviço-----

1- Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista no plano de transportes, a seguir discriminados:-----

a) Os circuitos especiais que fazem a ligação com transporte público funcionam no horário da manhã e ao fim da tarde/noite.-----

b) Os circuitos para os Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo, Escolas EB2,3 e Escolas Secundárias funcionam de acordo com os horários dos respetivos estabelecimentos de ensino. Os locais de paragem para

a tomada e largada de alunos serão, além dos próprios estabelecimentos de Ensino, o centro de cada localidade, com exceção para os alunos de Ensino Especial que será a sua residência.-----

c) Nas situações em que se verifique necessidade de desdobramento, o tempo máximo de espera dos alunos no estabelecimento de ensino é de 30 minutos.-----

2 - A execução dos circuitos especiais deverá ser levada a efeito de acordo com as disposições da Lei n.º 13/2006 de 17 de abril e do D.L. n.º 299/84, de 5 de Setembro.-----

3 - Em todos os veículos, ligeiros e pesados, é obrigatória a utilização de sistemas de retenção para crianças (SRC), devidamente homologados e adequados ao seu tamanho e peso.-----

Cláusula 7ª Preço e condições de pagamento-----

1- O encargo total do presente contrato é de **€ 16 393,10** (dezassex mil, trezentos e noventa e três euros e dez cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

2. Os pagamentos serão processados mediante a apresentação de faturas mensais, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito.-----

3 - As faturas serão pagas no prazo de 60 dias úteis, contados a partir da sua receção nos serviços do primeiro contratante.-----

Cláusula 8ª Sigilo-----

O segundo contratante garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade do primeiro contratante.-----

Cláusula 9ª Cessão da posição contratual-----

1- O segundo contratante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do primeiro contratante.-----

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:---

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo contratante no presente procedimento;-----

b) O primeiro contratante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. -----

Cláusula 10ª Desistência da execução dos circuitos-----

1- Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o segundo contratante só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados ao primeiro contratante com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo.

2- Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes.-----

3- A alteração do horário previsto para a realização do circuito especial não dá direito ao segundo contratante à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização.-----

Cláusula 11ª Penalidades-----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo contratante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:-----

a) O segundo contratante não receberá qualquer pagamentos pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. ----

b) Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao segundo contratante, este fica obrigado a indemnizar o primeiro contratante em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado;-----

c) Nos casos em que por motivos imputáveis ao segundo contratante, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou de 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês letivo a 22 dias; -----

d) As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pelo primeiro ao segundo contratante.-

Cláusula 12ª Casos fortuitos ou de força maior-----

1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.-----

2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.-----

3- Quando por motivos de força maior e totalmente imprevisíveis para o primeiro contratante, qualquer dos circuitos colocados a concurso, parcial ou totalmente se venha a mostrar desnecessário em virtude da ausência temporária, considerando-se como tal um período superior a cinco dias, ou permanente dos alunos a transportar, o circuito ou parte dele poderá ser suspenso.-----

Cláusula 13ª Caução para garantir o cumprimento de obrigações-----

De acordo com o disposto no n.º 2, do Artigo 88º, do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à prestação de caução por parte do segundo contratante.-----

Cláusula 14ª Revisão de preços-----

A contratualização dos serviços objeto do presente contrato não está sujeita às regras da revisão de preços.-----

Cláusula 15ª Rescisão do contrato -----

1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.-----

2- Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços ou falta de reposição de bom funcionamento pelo período superior a 10 dias úteis.-----

3- No caso de no início do ano letivo se verificar que a realização de determinado circuito especial não se justifica, o primeiro contratante poderá rescindir o contrato celebrado relativo a esse circuito.-----

4- Também poderá haver lugar à rescisão daquele contrato se no decorrer do ano letivo deixar de se justificar a realização do circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transporte possa ser efetuado em veículos com características diversas do utilizado.--

5- Neste caso, sempre que o segundo contratante assegure a execução do circuito em veículos que preencham as novas exigências, terá preferência na celebração do novo contrato.-----

6- Sempre que o contrato for rescindido nos termos dos n.ºs 3 e 4, o segundo contratante terá direito a uma indemnização igual ao montante correspondente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês letivo a 22 dias.-----

7- O contrato poderá ainda ser rescindido em caso de comprovada má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida.-----

8- No caso do número anterior, o primeiro contratante não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização.-----

Cláusula 16ª Alteração dos circuitos-----

1- As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros dos circuitos colocados a concurso, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efetivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar.-----

2- Tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao contrato inicial.-----

3- As situações previstas no ponto n.º 3, da cláusula 10º e cláusula 16ª não configuram para o segundo contratante o direito de rescisão de contrato.-----

Cláusula 17ª Outros encargos-----

Todas as despesas derivadas da celebração do presente contrato são da responsabilidade do segundo contratante.-----

Cláusula 18ª Foro competente-----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.-----

Cláusula 19ª Prevalência-----

1- Fazem parte integrante do presente contrato o programa de concurso, caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.-----

2- Em caso de dúvidas prevalece o disposto no artigo 96º, do Código dos Contratos Públicos.-----

Cláusula 20ª Características dos veículos-----

1 - Os veículos afetos à prestação de serviços objeto do presente contrato deverão cumprir todos os parâmetros técnicos e de segurança exigíveis pelos normativos nacionais em vigor e especialmente os relativos ao transporte coletivo de crianças, - Lei n.º 13/2006 de 17 de abril e Portaria n.º 1350/2006 de 27 de novembro.-----

2 - A identificação dos veículos utilizados na execução dos circuitos especiais é obrigatória, nos termos do n.º 4, do artigo 5º, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio, e conforme o constante do anexo III à Portaria n.º 1350/2006, de 27 de novembro.-----

Cláusula 21ª Disposições finais-----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.-----

2- O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de 09 de junho de 2017;---

3- A prestação dos serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária de --- de ---- de 2017;-----

4- A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarária de --- de ----- de 2017.-----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do primeiro contratante, sob as rubricas orçamentais com a classificação económica: 020210; Cabimento n.º 1347/2017 de 25 de maio de 2017; Compromisso n.º 2453/2017 de 31/07/2017;-----

6- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contratantes.-----

7 - Foram apresentados pelo segundo contratante:-----

Pelo Primeiro Contratante,-----

Pelo Segundo Contratante,-----

Contrato registado sob o n.º/17.-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.07.31. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - VIATURA 04-30-MB, PROPRIEDADE DE JOÃO MANUEL FERNANDES RODRIGUES. INFORMAÇÃO Nº07/SA/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No seguimento da exposição apresentada pelo Sr. João Manuel Fernandes Rodrigues, na qual responsabiliza o Município pelos danos causados na sua viatura Honda Civic, com matrícula 04-30-MB, provocados pelo embate numa tampa de caixa de visita, que provocou despiste da viatura, na Rua da Cotovia, na zona industrial de Chaves.-----

Feitas as diligências necessárias pela Divisão responsável e após peritagem por parte da seguradora, foram considerados prejuízos no valor de 815,83€ (oitocentos e quinze euros e oitenta e três cêntimos).-----

Como o sinistro se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia aplicada, 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).-----

Tendo em conta que a Companhia de Seguros, efetuou diretamente o pagamento total do prejuízo ao lesado, deverá o Município reembolsar a seguradora em 250,00€ (duzentos e quarenta euros) referente ao valor da franquia.-----

Mais se informa, que a referida despesa dá cumprimento à LCPA, através do cabimento nº 1854/2017 e do compromisso nº 2374/2017.-----

Chaves, 25 de Julho de 2017-----

A assistente técnica -----

(Em anexo respetivo processo)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.07.31. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. ESCLARECIMENTOS RELATIVOS À INTERPRETAÇÃO DO PONTO 2, DO ARTIGO 4º (CONDIÇÕES OBJETIVAS), DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL (RPIM). INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº13/DGF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. Enquadramento -----

1. O Município de Chaves viu aprovado, na Assembleia Municipal realizada em 12 de junho de 2013, e, sob a proposta da Câmara de 20 de maio de 2013, o Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM). -----

2. O regulamento enunciado no item anterior define, os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Chaves. Esta classificação, permitirá a concessão de isenções totais ou parciais de impostos municipais, aos investimentos e/ou novas iniciativas de negócio que permitam o desenvolvimento sustentável da região, a criação de novos empregos, e, consequentemente a fixação da população, conforme o estabelecido no Artigo 241º, da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), conjugado, com a alínea d), do Artigo 15º (poderes tributários), e, dos números 2 e 3, do Artigo 16º (isenções e benefícios fiscais), da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e ulteriores alterações), com a alínea m), do número 1, do Artigo 23º (promoção do desenvolvimento/atribuições dos municípios), as alíneas c) e g), do número 1, do Artigo 25º (competências de apreciação e de fiscalização da Assembleia Municipal) e na alínea ff) do Artigo 33º (competências materiais) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro². -----

3. Considerando o estabelecido no regulamento referido, o procedimento conducente à classificação de Projetos de Interesse Municipal para obtenção das isenções totais e/ou parciais de tributos municipais, assenta, nas seguintes fases: -----

² Quadro legal atualizado à luz dos regimes jurídicos que entraram em vigor após aprovação do Regulamento PIM, e, que veio revogar as Leis, n.º 159/99, de 14 de setembro (alterada pelos Decretos-Leis 7/2003, de 15 de janeiro, e 268/2003, de 28 de outubro, e pelas Leis 107-B/2003, de 31 de dezembro, 55-B/2004, de 30 de dezembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, 53-A/2006, de 29 de dezembro, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 55-A/2010, de 31 de dezembro) nº169/99 de 18 de setembro (alterada pela Lei 7-A-2016 de 30 de março), e a nº 2/2007 de 15 de janeiro; --

- 1.^a Fase - Verificação da correta instrução da Candidatura, Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento dos Projetos PIM³; -----
- 2.^a Fase - Avaliação da candidatura e emissão de parecer pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento dos Projetos PIM⁴, com base no estabelecido do regulamento; -----
- 3.^a. Fase - Decisão do órgão executivo Municipal, com base no documento produzidos Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento dos Projetos PIM e validada pelo Gestor Projeto; -----
- 4.^a. Fase - Celebração do Contrato de concessão de benefícios tributários municipais⁵ entre o Município de Chaves e a entidade beneficiária -----
- 5.^a. Fase - Monitorização das condições de celebração e execução do contrato pela Assembleia Municipal -----
- 6.^a. Fase - Acompanhamento e fiscalização da implementação do projeto investimento pelo Gestor Projeto⁶, tendo em vista a verificação do cumprimento das condições resultantes da subscrição do contrato. ----
4. Após a entrada em vigor do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, deram entrada nos serviços Municipais sete candidaturas, das empresas que a seguir se discriminam, e, cujo andamento dos processos se encontram também referenciados: -----
- 4.1 **Isabel Grilo Unipessoal Ld.^a** - O processo para atribuição da classificação de projeto PIM deu entrada nos Serviços Municipais em 24 de janeiro de 2014, tendo sido celebrado o respetivo contrato de concessão de benefícios tributários municipais em 18 de fevereiro de 2014 (de acordo com enunciado no item 3.da presente informação, 5.^a fase concluída). No que concerne à 6.^a Fase, a empresa foi notificada em 5 de julho de 2017, para dar cumprimento ao estabelecido no ponto 3 do Artigo 13º do RPIM, e, procedesse à entrega dos relatórios semestrais em falta. -----
- 4.2 **GFW - Growing Fresh World S.A.** - O processo para atribuição da classificação de projeto PIM deu entrada nos Serviços Municipais em 7 de julho de 2014, tendo sido celebrado o respetivo contrato de concessão de benefícios tributários municipais em 17 de setembro de 2014 (de acordo com enunciado no item 3.da presente informação, 5.^a fase concluída). No que concerne à 6.^a Fase, a empresa foi notificada em 5 de julho de 2017, para dar cumprimento ao estabelecido no ponto 3, do Artigo 13,º do RPIM, e, procedesse à entrega dos relatórios semestrais em falta. -----
- 4.3 **Isolino Perdigão Marçal** - O processo para atribuição da classificação de projeto PIM deu entrada nos Serviços Municipais em 19 de maio de 2015, tendo sido celebrado o respetivo contrato de concessão de benefícios tributários municipais em 1 de dezembro de 2015 (de acordo com enunciado no item 3.da presente informação, 5.^a fase concluída). No que concerne à 6.^a Fase, a empresa foi notificada em 5 de julho de 2017, para dar cumprimento ao estabelecido no ponto

³ Comissão criada por deliberação da reunião de Câmara realizada em 15 de abril de 2016, por proposta do Chefe de Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, Arq. Rodrigo Moreira através da informação nº80/DSC/2016, de 6 de abril. -----

⁴ A Comissão reuniu pela primeira vez em 5 de janeiro de 2017. -----

⁵ De acordo com o estabelecido no Artigo 10º do RPIM. -----

⁶ Conforme o estabelecido no Artigo 13º (fiscalização e acompanhamento), foi nomeado o Chefe de Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, Arq. Rodrigo Moreira por deliberação da reunião de Câmara realizada em 15 de abril de 2016. -----

3, do Artigo 13,º do RPIM, e, procedesse à entrega dos relatórios semestrais em falta. -----

4.4 **M&F Lar de Vila Nova Ld.^a** - Entrada do processo 15 de julho 2015. Não pôde ser classificado como projeto PIM, em razão da atividade económica não se enquadrar, no ponto 2, do Artigo 2º RPIM; -----

4.5 **Serragados -Comércio de gado Ld.^a** - O processo para atribuição da classificação de projeto PIM deu entrada nos Serviços Municipais em 24 de junho de 2016, e, após suprimidas as deficiências de instrução, foi dado parecer favorável por parte da comissão em 5 janeiro de 2017. O documento produzido pela Comissão Técnica de Análise PIM e validada pelo Gestor Projeto, foi presente na reunião de Câmara de 20 de janeiro de 2017 (de acordo com o enunciado no item 3. da presente informação, 3.ª fase concluída). O processo está agora na 4.ª Fase, prevendo-se que o contrato de concessão de benefícios tributários municipais, possa ser celebrado ainda durante o mês de julho. -----

4.6 **António & Liliana Rodrigues Ld.^a** - O processo para atribuição da classificação de projeto PIM deu entrada nos Serviços Municipais em 1 de fevereiro de 2017, e, após serem suprimidas as deficiências de instrução, foi dado parecer favorável por parte da comissão em 6 de julho de 2017 (de acordo com o enunciado no item 3. da presente informação 2ª Fase-concluída); -----

4.7 **Naturthoughts - Turismo de Natureza Ld.^a** - O processo para atribuição da classificação de projeto PIM deu entrada nos Serviços Municipais em 6 de junho 2017, tendo sido emitido parecer favorável por parte da comissão em 6 de julho de 2017 (de acordo com o enunciado no item 3. Da presente informação 2ª Fase-concluída); -----

4.8 Refere-se ainda, que os serviços municipais foram contactados pelo Sr. Pedro Teixeira e pela Eng.ª Glória Condez da Vitrochaves, que manifestaram interesse, em apresentar candidaturas para serem classificadas como Projetos de Interesse Municipal, solicitando que lhes fosse enviada a documentação necessária à respetiva instrução do procedimento. -----

5. Atendendo a que, as candidaturas apresentadas, para serem classificadas de Projetos de Interesse Municipal, têm por força do regulamento, que passar por distintas fases de avaliação⁷, motivo pelo qual, o prazo que medeia entre a entrada das candidaturas, até à decisão de comunicação de aprovação, é em média de 4 meses, em razão, não só, da deficiente instrução do pedido, como também, na celeridade da entrega dos documentos posteriormente solicitados pela Comissão de Análise⁸ ao requerente, e, tendo-se constatado, que alguns candidatos, deram entrada de processos de licenciamento nos Serviços Municipais, e, efetuaram despesas⁹ em data anterior à comunicação da aprovação como projeto PIM, mas posterior à submissão da candidatura para a sua classificação, e, tendo por base, o estabelecido nos pontos 1 e 2, do Artigo 4º (condições objetivas) pressupostos que passamos a transcrever, todas as despesas pagas, não poderão à luz deste artigo ser contabilizadas como despesas efetuadas para a implementação do projeto: -----

"1. Só serão considerados os projetos de investimento cuja realização não se tenha iniciado à data da notificação da aprovação da candidatura PIM. -----"

⁷ Ver ponto 3 da presente informação -----

⁸ Ver ponto 4 da presente informação. -----

⁹ Dando-se como exemplo o valor do investimento relativo: à compra dos Terrenos, ao Projeto de Execução; ao Estudo de Viabilidade Económica

2. Não poderão ser contabilizadas as despesas efetuadas com o respetivo projeto de investimento em data anterior à notificação da aprovação dos mesmos” -----

5.1.Considerando que o espírito intrínseco do RPIM, é promover o investimento privado, através da atribuição de benefícios fiscais e de benefícios em taxas municipais aos novos investimentos¹⁰, que venham a ser considerados PIMS, e, não beneficiar aqueles, que já se encontram executados e em plena atividade no concelho, o artigo enunciado no ponto anterior, numa leitura mais restritiva, impede, que essas despesas possam ser consideradas, na implementação dos projetos. ----

II. PROPOSTA -----

Em razão do que vem de ser exposto nos pontos anteriores, propõe-se ao Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, que submeta se assim o entender, à consideração do Sr. Presidente da Câmara, para posterior deliberação do Executivo, as seguintes interpretações, do ponto 1 e 2, do Artigo 4º (condições objetivas), do RPIM: -----

1. Numa extensão mais abrangente da interpretação do artigo enunciado, possam ser eventualmente consideradas como despesas efetuadas com o projeto, as taxas municipais, e, outras despesas de investimento, que se mostrem necessárias para implementação do projeto, desde que, a data consubstanciada nos documentos da despesa, seja posterior à entrada da candidatura nos serviços municipais, para ser classificada como projeto PIM, e, sempre que esta, obtenha tal classificação. ----

2. Manter-se o consubstanciado no artigo mencionado, que aponta, no sentido de as despesas efetuadas com o projeto de investimento, só possam ser contabilizadas, em data posterior à notificação da aprovação do projeto como Projeto de Interesse Municipal. -----

Chaves, 24 de julho de 2017 -----

(Maria Amélia Melo, Eng.ª Civil) -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo começado por referir que já era altura de promover uma revisão ao Regulamento, ora, em apreciação. -----

De facto, em devido tempo, foi, por si, apresentada uma proposta de revisão do regulamento, proposta essa que seguidamente se transcreve:

“PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE PROJECTOS DE INTERESSE MUNICIPAL -----

Considerando: -----

Que o atual Regulamento se encontra desatualizado face à conjuntura económica existente. -----

Que não é dada relevância às pequenas empresas que são o motor do crescimento económico da região. -----

Que a criação de emprego não é fator prioritário neste regulamento. -

Que as indústrias não poluentes, não são suficientemente valorizadas.-

Não estarem previstos outros incentivos em termos de assessoria técnica, agilização de processos e de ordem material. -----

¹⁰ Ponto 1, do Artigo 2.º -----

Proponho a alteração dos seguintes pontos do regulamento atual: -----

Artigo 3º -----

1. e) O projeto de investimento atingir um montante mínimo de 100.000 Euros. -----
2. Alterar também o valor. -----

Artigo 6º -----

3. No caso previsto no número anterior, a entidade beneficiária só pode formular nova candidatura após ter decorrido o prazo de 1 ano. -

Artigo 7º -----

Critérios de determinação para a concessão dos benefícios fiscais ---

- a) Número de postos de trabalho a criar (50%) -----

Manter as mesmas ponderações em todas as subalíneas. -----

- b) Investimento a realizar (30%) -----

- i) Mais de 500.000 Euros (100%) -----
- ii) Mais de 500.000 Euros e menos de 750.000 Euros (75%) -----
- iii) Mais de 250.000 Euros e menos de 500.000 Euros (50%) -----
- iv) Mais de 100.000 Euros e menos de 250.000 Euros (25%) -----

- c) Tempo de implementação do projeto (10%) -----

Manter as ponderações das várias subalíneas. -----

Não considerar a idade dos promotores (alínea d do regulamento atual)

- d) Empresa sedeadada no concelho de Chaves (5%) -----

Manter portanto a d) com a ponderação que tem. -----

- e) Empresa não poluente (5%). -----

Acrescentar esta alínea. -----

Artigo 9º -----

Taxas Municipais -----

1. Todos os projetos de investimento PIM beneficiam de reduções nas taxas municipais pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação de operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, de acordo com os seguintes critérios: -----

- a) Para todos os valores de investimento e postos de trabalho a criar superior a 10, redução de 80%. -----
- b) Investimento superior a 500.000 euros e postos de trabalho a criar entre 5 e 10, redução de 60%. -----
- c) Investimento superior a 500.000 euros e postos de trabalho a criar inferior a 5, redução de 40%. -----
- d) Investimento inferior a 500.000 euros e postos de trabalho a criar entre 5 e 10, redução de 40% -----
- e) Investimento inferior a 500.000 euros e postos de trabalho a criar inferior a 5, redução de 20%. -----

Para além do exposto, proponho ainda: -----

Que seja considerada a atribuição de lotes na zona industrial, para instalação de empresas que permitam criar mais de 10 postos de trabalho e que realizem um investimento superior a 500.000 euros, sendo a dimensão da área a disponibilizar estabelecida de acordo com o número de postos de trabalho a criar e o montante de investimento. O direito à utilização desses lotes terminará quando a empresa deixar de operar. Que sejam agilizados os processos de aprovação destes projetos, parecendo-me razoável que não seja excedido o período de tempo de 60 dias, desde a entrada do projeto nos serviços da autarquia (com a documentação completa) até à decisão final. -----

Que seja criada uma "via verde" para os empresários, tendo acesso facilitado ao executivo autárquico. -----

Que se incluam neste regulamento outros incentivos, nomeadamente assessoria técnica a prestar no âmbito da instalação da empresa. ----

Que se altere a designação deste Regulamento para "Regulamento de Apoio à Atividade Empresarial" ou outra semelhante, atendendo a que presentemente PIM's deverão ser quase todos os projetos. -----
Esta proposta é documento de trabalho sujeito a discussão, podendo alguns pontos sofrer alterações, não devendo contudo desvirtuar o fundamental deste documento que é: -----

-Colocar em primeiro plano o incentivo à criação de emprego. -----
-Dar prioridade absoluta, em termos processuais, aos projetos de investimento -----
-Descriminar positivamente as empresas amigas do ambiente. -----
-Evitar uma perda acentuada de receitas da câmara, com projetos que não tragam retorno para a região em termos económicos, sociais e ambientais." -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

Ausentou-se da sala, o Vereador do Movimento Autárquico Independente, Sr. João Carlos Alves Neves, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----

2.3. ANÁLISE DA CANDIDATURA A PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO DE INVESTIMENTO "PARQUE AVENTURA" - REQUERENTE: NATURTHOUGHTS - TURISMO DE NATUREZA, LDA. - MORADA: RUA 25 DE ABRIL, N.º 1095, 5370-081 CARVALHAIS, MIRANDELA - NIF: 513 014 446 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº66/DSC/2017 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 20.07.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO -----

1. A sociedade "Naturthoughts - Turismo de Natureza, Lda.", NIPC 513 014 446, representada pelo Sr. João Carlos Ramos Neves, através de formulário de candidatura a Projeto de Interesse Municipal acompanhado de diversos elementos instrutórios relevantes, com entrada nos serviços administrativos desta autarquia sob o registo n.º 14384/17, datado de 06 de junho corrente, vem solicitar a concessão de benefícios tributários municipais decorrentes da classificação do seu projeto de investimento "Parque Aventura" que visa a requalificação do espaço da Quinta do Rebentão (Vila Nova de Veiga), de modo a criar as infraestruturas necessárias para as diferentes práticas, nomeadamente, karting, paintball, arvorismo, escalada, rappel e slide, como Projeto de Interesse Municipal (PIM), à luz do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM) em vigor no Município de Chaves. -----

2. Considerando a petição enunciada no item anterior, a candidatura foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal ocorrida no dia 06/07/2017, seguindo em anexo o respetivo relatório de avaliação da candidatura. -----

II - FUNDAMENTAÇÃO -----

1. O RPIM define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal - "PIM" - com o objetivo de conceder isenções totais ou

parciais de tributos municipais, em especial no que se refere ao Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e, ainda, no que se refere a taxas urbanísticas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas e respetiva utilização, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal de Chaves, por deliberação de 12/06/2013, sob proposta da Câmara de 20/05/2013. ----

2. Os projetos de investimento classificados como "PIM" são habilitados à concessão de benefícios fiscais e benefícios de taxas municipais contratuais, condicionados e temporários, conforme o disposto no n.º 2 do art.º 1.º do RPIM. -----

3. A concessão de benefícios tributários municipais carece de celebração de contrato entre as partes, segundo o definido no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º, devendo o mesmo ser instruído com os documentos instrutórios constantes no art.º 11.º do referido regulamento. -----

4. Em conformidade com o estabelecido no retrocitado regulamento, o procedimento conducente à concessão de isenções totais ou parciais dos tributos municipais relativos aos projetos de investimentos classificados como "PIM", decorre segundo seis momentos distintos, sendo que, a avaliação das candidaturas será efetuada, tendo em consideração: -----

4.1 O n.º 2, do art.º 2.º (Âmbito Objetivo), que define os setores de atividade económica que serão objeto de classificação PIM, e, cumulativamente cumprirem as condições estabelecidas, nos art.ºs 3º (Condições Subjetivas) e 4º (Condições Objetivas) do citado regulamento; -----

4.2 O art.º 5.º (Classificação de Projetos de Investimento como Projetos de Interesse Municipal), que consubstancia a forma de apresentação da candidatura e dos elementos que terão de a integrar para se proceder à sua avaliação, bem como o prazo estabelecido para a emissão do respetivo parecer; -----

4.3 O art.º 7.º (Critérios de determinação para a Concessão de benefícios Fiscais), que estabelece os fatores de classificação que irão determinar a isenção ou redução em sede de IMI e IMT; -----

4.4 Os art.ºs 8º (Benefícios Fiscais) e 9.º (Taxas Municipais), que consubstanciam os incentivos fiscais e os prazos de vigência. -----

5. Importa também mencionar as alterações/obrigações, agora, constantes do n.ºs 9 e 10 do art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na redação conferida pela Lei do Orçamento de Estado para 2017, segundo as quais, "o reconhecimento do direito à isenção é da competência da câmara municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da assembleia municipal.", ficando os municípios obrigados a comunicar "anualmente à AT, até 31 de dezembro, por transmissão eletrónica de dados, os benefícios fiscais reconhecidos nos termos do número anterior, com a indicação do seu âmbito e período de vigência e dos artigos matriciais dos prédios abrangidos.". -----

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com o supra exposto, e face ao conteúdo do relatório de avaliação da presente candidatura elaborado pela Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que acolha e submeta à consideração do Senhor Presidente e posterior deliberação do Executivo a seguinte proposta: -----

1. Propor que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da

competente deliberação administrativa, consubstanciada na aprovação da atribuição da Classificação "PIM" à candidatura do projeto de investimento apresentada pela sociedade "Naturthoughts - Turismo de Natureza, Lda.", através da emissão da respetiva Declaração de Projeto de Interesse Municipal, bem como conceder os benefícios tributários municipais, discriminados no n.º 5 do referido relatório de avaliação, decorrentes da obtenção desta classificação, mediante a outorga de contrato de concessão entre o Município de Chaves e a entidade beneficiadora; -----

2. Propor, caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

2.1. A dispensa de audiência dos interessados, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA); -----

2.2. Notificar a sociedade requerente, nos termos do artigo 110.º e seguintes do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito comunicado que, conforme n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, o contrato de concessão de benefícios fiscais e taxas municipais, deverá ser outorgado no prazo de 180 dias, a contar da data da notificação;

2.3. Encaminhar o processo para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para que tome as diligências necessárias à formalização do contrato de concessão de benefícios tributários outorgados; -----

2.4. Celebrado o contrato de concessão de benefícios tributários outorgados, este deverá ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal em vista à fiscalização do cumprimento do presente regulamento, na primeira sessão daquele órgão deliberativo; -----

2.5. Comunicar à Divisão de Gestão Financeira, a obrigatoriedade do município comunicar, à Autoridade Tributária, os benefícios fiscais reconhecidos, nos termos do n.º 10.º do art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na redação conferida pela Lei do Orçamento de Estado para 2017. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

 Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

1 - A proposta/candidatura, em apreciação, não se encontra devidamente fundamentada, não evidenciando a mesma razões que justifiquem a sua classificação como de Interesse Público Municipal. -----

2 - De facto, a mesma não apresenta quaisquer indicadores económicos geradores de impacto positivo para a economia local e justificadores do reconhecimento do seu interesse público municipal. -----

3 - Por outro lado, a empresa peticionária já beneficia da legal constituição do direito de superfície tendo como objeto os terrenos localizados na Quinta do Rebentão. -----

4 - O projeto, em apreciação, já beneficia do apoio das infraestruturas municipais aí existentes, nomeadamente, das Piscinas municipais, parque de campismo e zonas de estacionamento público. -----

5 - A qualquer empreendedor exige-se que invista com recursos próprios, não sendo aceitável que tais investimentos estejam, exclusivamente, dependentes dos apoios públicos. -----

6 - O projeto, em apreciação pela sua natureza não reúne condições para merecer a classificação que se lhe pretende atribuir, ou seja, de Interesse Público Municipal. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - Tem algumas dúvidas, sobre o interesse deste projeto para o Município. -----

2 - O desenvolvimento deste projeto, em outra zona do território concelhio, poderia constituir um pressuposto justificador do reconhecimento do interesse público do mesmo, situação que não se verifica. -----

3 - Por outro lado, o desenvolvimento deste projeto, na Quinta do Rebentão, irá, seguramente, contribuir para a degradação das infraestruturas municipais aí existentes, nomeadamente as piscinas municipais e o próprio estacionamento público. -----

De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - Na altura em que este projeto foi apresentado, neste Executivo Municipal, tomou uma posição favorável à sua aprovação, sendo o mesmo, à partida, potenciador de atração turística e de dinamização económica do Concelho. -----

2 - O reconhecimento e/ou a atribuição da classificação de interesse público municipal ao projeto, em apreciação, suscita-lhe bastantes reservas, não podendo, por isso, o mesmo, contar com a sua aprovação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo e Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra, tendo o Senhor Presidente da Câmara usado, para o efeito, o seu voto de qualidade. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Movimento Autárquico Independente, Sr. João Carlos Alves Neves, retomando a sua participação na presente reunião. -----

2.4. ANÁLISE DA CANDIDATURA A PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO DE INVESTIMENTO "CONSTRUÇÃO DE PISCINAS E EQUIPAMENTO DE APOIO" - REQUERENTE: ANTÓNIO & LILIANA RODRIGUES, LDA. - MORADA: AVENIDA FARIA DE MORAIS N.º 1, 5425-315 VIDAGO - NIPC: 514 077 255 - - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 65/DSC/2017 DA ENG.ª CLÁUDIA FERREIRA DE 20.07.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO E ANTECEDENTES -----

1. A sociedade "António & Liliana Rodrigues, Lda.", NIPC 514 077 255, representada pelo seu gerente António Manuel Monteiro Rodrigues, através de formulário de candidatura a Projeto de Interesse Municipal acompanhado de diversos elementos instrutórios relevantes, com entrada nos serviços administrativos desta autarquia sob o n.º 1244/17, datado de 01 de fevereiro corrente, vem solicitar a concessão de benefícios tributários municipais decorrentes da classificação do seu projeto de investimento "Construção de piscinas e equipamento de apoio" que visa a instalação de piscinas de recreio e lazer, instalações de apoio e restaurante no Bairro da Sainça - Oura, como Projeto de Interesse Municipal (PIM), à luz do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM) em vigor no Município de Chaves. -----
2. Considerando a petição enunciada no item anterior, a candidatura foi objeto de apreciação na reunião da CTAAF - PIM ocorrida no dia 16/02/2017 (conforme o Auto de diligência n.º 2, anexado). Na aludida reunião, com vista a uma melhor fundamentação da decisão, foi previamente analisado o processo de licenciamento urbanístico do empreendimento objeto da candidatura PIM, em virtude do mesmo se encontrar registado na Divisão de Gestão e Ordenamento do Território com o n.º 195/16. Em resultado dessa análise, constatou-se que o empreendimento em causa, estava associado a um processo se encontrava em fase de contencioso com o Município de Chaves, incorrendo António Manuel Monteiro Rodrigues (que era igualmente o gerente da sociedade que solicitava a classificação como Projeto PIM) em, eventual, prática de crime de desobediência simples pelo facto de ter prosseguido a obra embargada, desrespeitando um ato administrativo, motivo pelo qual, a Comissão entendeu solicitar esclarecimentos, junto dos Serviços Jurídicos, se em razão do incumprimento referenciado, não haveria qualquer incompatibilidade com a análise do procedimento para classificação PIM. -----
3. No dia 31/03/2017 no decorrer de uma reunião realizada, e relativamente a esta questão, o Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr.º Marcelo Delgado, informou que embora o processo em análise não reunisse, naquela altura, as condições para ser aprovado, em virtude das irregularidades do procedimento de licenciamento da operação urbanística de construção da piscina, a situação poderia vir a ser revertida, e, consequentemente ser passível de se dar continuidade ao procedimento tendo em vista a obtenção de classificação PIM. -----
4. Em face da informação disponibilizada, a Comissão entendeu propor, através de relatório, a suspensão do procedimento de análise da mesma até à tomada de decisão administrativa referente à, eventual, regularização do licenciamento da respetiva operação urbanística, a qual ficaria sem efeito, por essa regularização ter sido aprovada em reunião de Câmara do dia 15/05/2017, o que possibilitou, deste modo, o reiniciar da apreciação da referida candidatura, por parte desta Comissão Técnica. -----
5. Na reunião do dia 06/06/2017 (ver Auto de diligência n.º 3, anexado), a CTAAF - PIM deliberou, após a deteção de deficiências na instrução da mesma, tomar diligências no sentido de notificar o interessado, informando-o de que a análise da candidatura ficaria, novamente, suspensa até receção do referido elemento em falta. Foram, igualmente, identificadas incongruências nos documentos remetidos, que neste caso, aquela comissão entendeu validar, por entender que, por ventura, seriam lapsos de preenchimento. -----
6. Na sequência da deliberação citada no ponto anterior, no dia imediato, o requerente foi notificado via eletrónica e, face a ausência

de resposta, foi reiterado o pedido no dia 20/06/2017. O promotor supriu a deficiência, presencialmente, no dia 21/06/2017, questionando a técnica da DSC (Eng.^a Cláudia Ferreira) sobre a delonga na análise da sua candidatura e exigindo o ressarcimento das taxas entretanto pagas. A referida técnica esclareceu que a demora se deveu às diversas diligências efetuadas pela Comissão no decorrer do procedimento, em face da constatação das irregularidades do procedimento de licenciamento da operação urbanística de construção da piscina. Entretanto, explicou ainda que, à luz do n.º 2 do art.º 4º do RPIM, não seria possível a contabilização das despesas efetuadas com o referido projeto de investimento, em virtude das mesmas terem ocorrido em momento anterior à da notificação da, eventual, aprovação da candidatura, mas entendia, que o interessado deveria tomar as diligências que entendesse necessárias para ver ressarcidos os montantes entretanto pagos. -----

7. No dia 06/07/2017 (ver Auto de diligência n.º 4, anexado), conforme deliberado na reunião anterior, a CTAAF – PIM reuniu-se com o fim de analisar esta e outras candidaturas em bolsa. Desta reunião, foi elaborado o relatório n.º 2/2017 (ver anexo) relativo à análise desta candidatura a PIM. -----

II - FUNDAMENTAÇÃO -----

1. O RPIM define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal – “PIM” – com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, em especial no que se refere ao Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e, ainda, no que se refere a taxas urbanísticas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas e respetiva utilização, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal de Chaves, por deliberação de 12/06/2013, sob proposta da Câmara de 20/05/2013.

2. Os projetos de investimento classificados como “PIM” são habilitados à concessão de benefícios fiscais e benefícios de taxas municipais contratuais, condicionados e temporários, conforme o disposto no n.º 2 do art.º 1.º do RPIM. -----

3. A concessão de benefícios tributários municipais carece de celebração de contrato entre as partes, segundo o definido no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º, devendo o mesmo ser instruído com os documentos instrutórios constantes no art.º 11.º do referido regulamento. -----

4. Em conformidade com o estabelecido no retrocitado regulamento, o procedimento conducente à concessão de isenções totais ou parciais dos tributos municipais relativos aos projetos de investimentos classificados como “PIM”, decorre segundo seis momentos distintos, sendo que, a avaliação das candidaturas será efetuada, tendo em consideração: -----

4.1 O n.º 2, do art.º 2.º (Âmbito Objetivo), que define os setores de atividade económica que serão objeto de classificação PIM, e, cumulativamente cumprirem as condições estabelecidas, nos art.ºs 3º (Condições Subjetivas) e 4º (Condições Objetivas) do citado regulamento; -----

4.2 O art.º 5.º (Classificação de Projetos de Investimento como Projetos de Interesse Municipal), que consubstancia a forma de apresentação da candidatura e dos elementos que terão de integrar para se proceder à sua avaliação, bem como o prazo estabelecido para a emissão do respetivo parecer; -----

4.3 O art.º 7.º (Critérios de determinação para a Concessão de benefícios Fiscais), que estabelece os fatores de classificação que irão determinar a isenção ou redução em sede de IMI e IMT; -----

4.4 Os art.ºs 8.º (Benefícios Fiscais) e 9.º (Taxas Municipais), que consubstanciam os incentivos fiscais e os prazos de vigência. -----

5. Importa também mencionar as alterações/obrigações, agora, constantes do n.ºs 9 e 10 do art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na redação conferida pela Lei do Orçamento de Estado para 2017, segundo as quais, "o reconhecimento do direito à isenção é da competência da câmara municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da assembleia municipal.", ficando os municípios obrigados a comunicar "anualmente à AT, até 31 de dezembro, por transmissão eletrónica de dados, os benefícios fiscais reconhecidos nos termos do número anterior, com a indicação do seu âmbito e período de vigência e dos artigos matriciais dos prédios abrangidos."-----

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----
Em coerência com o supra exposto, e face ao conteúdo do relatório de avaliação da presente candidatura elaborado pela Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que acolha e submeta à consideração do Senhor Presidente e posterior deliberação do Executivo a seguinte proposta: -----

1. Propor que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação administrativa, consubstanciada na aprovação da atribuição da Classificação "PIM" à candidatura do projeto de investimento apresentada pela sociedade "António & Liliana Rodrigues, Lda.", através da emissão da respetiva Declaração de Projeto de Interesse Municipal, bem como conceder os benefícios tributários municipais, discriminados no n.º 5 do referido relatório de avaliação, decorrentes da obtenção desta classificação, mediante a outorga de contrato de concessão entre o Município de Chaves e a entidade beneficiadora; -----

2. Propor, caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

2.1. A dispensa de audiência dos interessados, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA); -----

2.2. Notificar a sociedade requerente, nos termos do artigo 110.º e seguintes do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito comunicado que, conforme n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, o contrato de concessão de benefícios fiscais e taxas municipais, deverá ser outorgado no prazo de 180 dias, a contar da data da notificação;

2.3. Encaminhar o processo para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para que tome as diligências necessárias à formalização do contrato de concessão de benefícios tributários outorgados; -----

2.4. Celebrado o contrato de concessão de benefícios tributários outorgados, este deverá ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal em vista à fiscalização do cumprimento do presente regulamento, na primeira sessão daquele órgão deliberativo; -----

2.5. Comunicar à Divisão de Gestão Financeira, a obrigatoriedade do Município comunicar, à Autoridade Tributária, os benefícios fiscais reconhecidos, nos termos do n.º 10.º do art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na redação conferida pela Lei do Orçamento de Estado para 2017. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
Em Anexo: -----

- Relatório n.º 2/2017 da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal; -----
- Autos de diligência n.ºs 2, 3 e 4. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

Este projeto, desenvolvido, em zona rural do Concelho, e financiado, exclusivamente, pelo seu promotor, tem, pela sua natureza e tipologia, características que justificam o reconhecimento do seu interesse público municipal. -----

De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

Este projeto, pela sua natureza e localização geográfica, no caso, em zona rural do Concelho, deve merecer o reconhecimento de interesse Público Municipal, contribuindo para o desenvolvimento do nosso mundo rural. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

Este projeto vem colmatar algumas carências que o Município tem, na Vila de Vidago, proporcionando, à população de Vidago, o acesso a uma piscina, embora privada, melhorando, assim, a qualidade de vida das populações de Vidago, e, simultaneamente, contribuindo para a dinamização turística da dita vila. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL - PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIA: SERRAGADOS-COMÉRCIO DE GADO, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 31/GNE/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento E Fundamentação -----

1. No passado dia 12 de junho de 2013, sob Proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 20 de maio de 2013, a Assembleia Municipal de Chaves aprovou o Regulamento de Projetos de Interesse Municipal. ----

2. Tal regulamento define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais, no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal - PIM -, tendo em vista conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, em especial no que se refere ao Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Imposto Municipal sobre as

Transmissões Onerosas de Imóveis e, ainda, no que se refere a taxas urbanísticas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas e respetiva utilização. --

3. Ao abrigo de tal quadro regulamentar, veio a promotora **SERRAGADOS-Comércio de Gado, Lda., NIPC 506 157 245**, requerer a classificação de PIM para o projeto de investimento que vai concretizar na **freguesia de Outeiro Seco**, em concreto no **Lote A8, do Parque de Atividades de Chaves**, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º **3366/20070131-freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves**, inscrito na respetiva matriz predial urbana com o artigo **3095**, e, consequentemente, a redução de IMT, IMI e taxas urbanísticas, ao abrigo do quadro legal, em matéria do regime financeiro autárquico, atualmente, em vigor. -----

4. Sob a Informação/Proposta N.º 03/2017, da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, subscrita pela Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal, o executivo camarário em sua reunião ordinária do passado dia 20 de janeiro do corrente ano, atribuiu a classificação de PIM à candidatura apresentada pela sociedade "Serragados, Lda.", e aprovou a concessão de benefícios tributários municipais, consubstanciados numa **redução de 72% do valor do IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis e do valor do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, e numa redução de 75% das taxas urbanísticas municipais**, devidas pela emissão do título administrativo de autorização de edificação e pela correspondente emissão da autorização de utilização. -----

5. E, no passado dia 20 do corrente mês de julho, veio a ser outorgado, entre este Município e a citada sociedade promotora, o respetivo contrato de concessão de benefícios tributários municipais, de acordo com a minuta genérica previamente aprovada pelos competentes órgãos autárquicos, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 3, do Artigo 8.º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, documento que, nos termos do disposto no Artigo 12.º do citado Regulamento deve ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal. -----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao acima exposto, e tendo em vista levar ao conhecimento dos competentes órgãos autárquicos o teor concreto do contrato, tomo a liberdade de sugerir a aprovação da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista a que o aludido órgão autárquico, legalmente, competente, à luz do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no n.º 9, do Artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, tome conhecimento, e a fim, aprove, o benefício tributário municipal em concreto concedido à empresa **SERRAGADOS-COMÉRCIO DE GADO, LDA.**, pelo investimento que vai concretizar no Parque Empresarial de Chaves, **Freguesia de Outeiro Seco**, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º **3366/20070131, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 3095**, consubstanciado na: -----

i) Redução de **72%** do valor devido pelo **IMT**, no montante de **€1 611,37**;

ii) Redução de **72%** do valor devido pelo **IMI**, no montante, atualmente, estimado em **€5 890, 27**, para os **cinco** anos de contrato; -----

iii) Redução de **75%** do valor devido pelas **taxas urbanísticas municipais**, a quantificar após a aprovação do respetivo projeto urbanístico e cálculo das taxas devidas pela emissão dos correspondentes títulos de autorizações administrativas, e nas demais condições contratualizadas, conforme melhor expresso no contrato

registado nos serviços municipais sob o nº 86/2017, que se anexa à presente Informação/Proposta; -----

b) Seguidamente, para efeitos do disposto no Artigo 12º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, e tendo em vista a monitorização das condições de celebração e execução do contrato, deverá o mesmo ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal, na próxima sessão ordinária daquele órgão deliberativo. -----

À consideração do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

Chaves, 26 de julho de 2017. -----

A Técnica Superior, -----

Cristina Rodrigues -----

Em anexo: Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, com o registo nº 86/2017, e respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.07.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.07.31. -----

À Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

1 -1 - A atividade industrial relacionada com o projeto, em apreciação, poderá ter impactos negativos no meio ambiente. -----

2 - Ao nível da criação de postos de trabalho, o projeto também não é, nessa dimensão, relevante. -----

3 - A autarquia deverá ser muito mais seletiva, no apoio a conceder neste tipo de investimentos, não sendo de admitir este tipo de apoios, em unidade industriais que colocam em causa os valores ambientais. --

De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - A adjudicação do lote à empresa já constituiu um apoio importante. -----

2 - O setor primário, na área da transformação, deve ser alavancado, sendo certo que este projeto pode ser potenciador de tal setor relevante de atividade. -----

3 - No entanto, atendendo à natureza do projeto e aos indicadores que o caracterizam, nomeadamente, o número reduzido de postos de trabalho que o mesmo envolve, não estão reunidas as condições para a atribuição da classificação pretendida. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - Os agricultores do nosso concelho vêm reclamando, desde sempre, a localização de um matadouro, em Chaves, simplificando, assim, as operações de abate das suas criações de animais. -----

2 - Esta unidade de desmanche não resolve, neste contexto, os problemas do Concelho correlacionados com o abate de animais. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A resposta para o abate de animais deve ser perspectivada ao nível da comunidade intermunicipal do alto Tâmega. -----

2 - De facto, a CIM está servida de um matadouro localizado, no lugar do Barracão, Concelho de Montalegre. -----

3 - Essa deve ser a estratégia que deve ser prosseguida, sobre esta matéria, devendo o Município de Chaves ser solidário com o desenvolvimento e consolidação de uma resposta intermunicipal, ao nível do abate dos animais. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo e Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.6. LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES - LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2016. INFORMAÇÃO Nº19/SC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a Assembleia Municipal aprovou a autorização genérica para dispensa de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos:-----

- Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;-----

- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

- Considerando que, em todas as sessões do órgão deliberativo, deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária, no dia 21 de dezembro de 2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017.-

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:-----

a) Que seja dado conhecimento ao órgão executivo municipal, em sede da próxima reunião ordinária, da listagem enunciada, e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, denominada "Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal";-----

b) Sequencialmente, e dando execução ao ato de autorização genérica prestado, oportunamente, pela Assembleia Municipal, sobre a matéria em apreciação, deverá o mesmo documento ser levado ao conhecimento do aludido órgão deliberativo na sua próxima sessão ordinária, a ter lugar no mês de setembro.-----

À consideração superior. -----

Chaves, 31 de julho de 2017 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----
(Susana Borges)-----

INFORMAÇÃO Nº19/SC/2017

**LISTAGEM DE CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES**

Adjudicatário	Designação do contrato	Valor	Tipo de procedimento	Data celebração/renovação do contrato	Fim do contrato/renovação
Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	Renovação do protocolo entre a CMC e a AFACC que tem por objeto o desenvolvimento de uma estratégia conjunta, com vista a garantir a cooperação entre as duas entidades em ações de silvicultura preventiva, vigilância, deteção, 1ª intervenção, apoio ao combate, rescaldamento, vigilância pós-incêndio, ações de fogo controlado e realização de queimadas	25.000,00€	Protocolo	12.03.2017	12.03.2018
TopSolutions – Soluções Informáticas e Telecomunicações, Lda.	Celebração do contrato de aquisição de serviços de Google APPS – correio eletrónico/storage/DNS/suporte	13.635,00€	Ajuste Direto	24.03.2017	24.03.2018
Valclean, Lda.	Celebração de contrato de aquisição de serviços de limpeza para o edifício do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso	21.990,00€	Ajuste Direto	07.07.2017	07.07.2018

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.01. -----

À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**XII
DIVERSOS**

1. REQUERIMENTO EM NOME DE SR. PAULO MOURA ANDRÉ. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO LARGO DO CRUZEIRO, POVOAÇÃO E FREGUESIA DE BUSTELO, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 043/ GTF / 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7580/17, datado de 13-07-2017, em nome do Sr. Paulo Moura André, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no largo do cruzeiro, povoação e freguesia de Bustelo, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 12 / 08 / 2017 -----

• 08:00 - 00:00 h-----

Dia 13 / 08 / 2017-----

• 00:00 - 1:30 h-----

Fundamentação -----**"Legislação em vigor"** -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal.-----

3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3. - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;-----

2. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pereiras Fogos de Artificio, Lda." (Declaração anexo ao requerimento).-----

3. A zona de lançamento do fogo-de-artifício caracteriza-se por área de pousio. O sub-coberto caracteriza-se por vegetação herbácea de médio porte, a qual no período de lançamento se encontrará seca;-----

4. A envolvimento da zona de lançamento apresenta as seguintes ocupações:-----

a. - Na direcção Norte a Sudoeste deparamo-nos com terrenos agrícolas com perigosidade muito baixa a baixa;-----

b. - Na direcção Sudeste a Oeste o solo caracteriza-se por rede viária e a cerca de 200 metros área florestal com perigosidade média-alta.-----

c. - Na direcção Oeste a Norte deparamo-nos com solo urbano com perigosidade nula.-----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo-de-artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

Proposta -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo-de-artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a

responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 320 metros, tendo em conta os calibres de fogo a lançar (declaração do pirotécnico) e as correspondentes distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública; Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----
2. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; ----
3. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----
4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pereira - Fogos de Artificio Lda."-----
- Extracto da planta de ordenamento do Plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.07.19 -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2. REQUERIMENTO EM NOME DE SR. ALCINO SILVA CUNHA. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO SANTUÁRIO DA NOSSA SRA. DAS NECESSIDADES, POVOAÇÃO DE CASTELÕES, UNIÃO DE FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 053 / GTF / 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7813/17, datado de 19-07-2017, em nome do Sr. Alcino Silva Cunha, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Santuário da Nossa Sra. das Necessidades, Povoação de Castelões, União de freguesia de Calvão e Soutelinho, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 27 / 08 / 2017 -----

- 08:00 - 14:00 h-----

Dia 28 / 08 / 2017-----

- 00:30 - 1:00 h-----

Fundamentação -----

"Legislação em vigor" -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal.-----

3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local de lançamento, pelos Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços Agrícolas e Florestais, na categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;-----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "Pereira Fogos de Artifício LDA." (Declaração anexo ao presente requerimento);-----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício, caracteriza-se por área do santuário, conferindo-lhe baixa perigosidade;-----

4. Na zona envolvente ao santuário, na Direção Este a Noroeste, a perigosidade é Alta a Muito Alta sendo este caracterizado por área de matos;-----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

Proposta -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 160 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa.-----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pereira Fogos de Artifício, LDA".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----

• Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
 • Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da
 Polícia de Segurança Pública.-----
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE
2017.07.24 -----
 Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação.-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador
 do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho,
 concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade
 com o teor da mesma. -----

3. REQUERIMENTO EM NOME DE SR. SÉRGIO ALEXANDRE GONÇALVES PEREIRA.
LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO SANTUÁRIO DA NOSSA SRA. DA
APARECIDA, POVOAÇÃO DE SANJURGE, UNIÃO DE FREGUESIA DE SANJURGE E
SANTA CRUZ TRINDADE, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 054 / GTF / 2017. ---
 Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se
 transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----
 Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no
 requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7858/17, datado de
 19-07-2017, em nome do Sr. Sérgio Alexandre Gonçalves Pereira, o qual
 solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no
 Santuário da Nossa Sra. da Aparecida, Povoação de Sanjurge, União de
 freguesia de Sanjurge e Santa Cruz Trindade, deste concelho.-----
 O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----
 Dia 15 / 08 / 2017 -----

- 08:00 - 24:00 h-----
- Dia 16 / 08 / 2017-----
- 00:00 - 03:00 h-----

Fundamentação -----
"Legislação em vigor" -----
 O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao
 disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14
 de Janeiro, os quais se enumeram: 1 - Durante o período crítico não é
 permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos
 de foguetes.-----
 2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas),
 durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros
 artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está
 sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal.-----
 3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de
 Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----
 Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do
 fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços
 Municipais, informa-se: 1. O local de lançamento do fogo insere-se na
 classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3. - espaços
 agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;
 2. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz
 recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente
 habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pereira - Fogos
 de Artifício, Lda." (Declaração anexo ao requerimento).-----
 3. A zona de lançamento do fogo-de-artifício caracteriza-se por área
 de plantação nova de carvalhos e o sub-coberto encontra-se devidamente
 limpo;-----

4. A envolvimento da zona de lançamento apresenta as seguintes ocupações: a. - A norte deparamo-nos com o Santuário o qual se encontra isento de vegetação herbácea/arbustiva. A área florestal mais próxima dista 70 metros com perigosidade média; b. - A Este e Oeste o solo caracteriza-se por área de plantação nova de carvalhos. O sub-coberto caracteriza-se por vegetação herbácea de médio porte e densidade reduzida com perigosidade baixa. A área florestal mais próxima dista 60 metros com perigosidade média-alta; c. - A sul deparamo-nos com a auto-estrada e o nó de acesso de baixa perigosidade.-----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo-de-artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).

Proposta -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo-de-artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 320 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

Anexo: -----

• Requerimento referido na informação supra;-----

• Declaração da firma "Pereira - Fogos de Artificio, Lda".-----

• Extracto da planta de ordenamento do Plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----

• Carta de perigosidade de incêndio florestal.-----

• Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.07.24 -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

4. REQUERIMENTO EM NOME DE SR. GILBERTO SANTOS DE JESUS. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO LARGO DA SRA. DA PENHA, POVOAÇÃO E FREGUESIA DE PARADELA DE MONFORTE, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 055 / GTF / 2017.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7940/17, datado de 21-07-2017, em nome do Sr. Gilberto Santos de Jesus, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Largo da Sra. da Penha, povoação e freguesia de Paradela de Monforte, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 12 / 08 / 2017 -----

• 08:00 - 24:00 h-----

Fundamentação -----

"Legislação em vigor" -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal.-----

3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3. - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;-----

2. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "A.M.Pirotecnica, lda." (Declaração anexo ao requerimento).-----

3. A zona de lançamento do fogo-de-artifício caracteriza-se por área agrícola devidamente limpa e de muito baixa perigosidade.-----

4. A envolvimento da zona de lançamento apresenta as seguintes ocupações: a. - Na direcção Este e Sudoeste deparamo-nos com o terrenos agrícolas e a cerca de 60 metros deparamo-nos com área florestal com perigosidade alta e muito alta; b. - Nas restante direcções o solo caracteriza-se por terrenos agrícolas e a cerca de 80 metros área florestal com perigosidade alta a muito alta. 5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo-de-artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

Proposta -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo-de-artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 400 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no

documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

Anexo: -----

• Requerimento referido na informação supra;-----

• Declaração da firma "A.M.Pirotecnica, lda".-----

• Extracto da planta de ordenamento do Plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----

• Carta de perigosidade de incêndio florestal.-----

• Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.07.24 -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

5. REQUERIMENTO EM NOME DE SR. VITOR MANUEL RIBEIRO FERNANDES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NA QUINTA GALEGA, POVOAÇÃO DE VILARELHO, FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA, DESTA CONCELHO. INFORMAÇÃO 056/ GTF / 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7990/17, datado de 24-07-2017, em nome do Sr. Vitor Manuel Ribeiro Fernandes, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício na Quinta Galega, povoação de Vilarelho, freguesia de Vilarelho da Raia, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 19 / 08 / 2017 -----

• 08:00 - 08:30 h-----

Dia 20 / 08 / 2017-----

• 01:00 - 02:00 h-----

• 10:30 - 12:00 h-----

Fundamentação -----

"Legislação em vigor" -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal.-----

3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2. - espaços agrícolas e subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN).-----

2. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Piroctecnia Macedos, LDA." (Declaração em anexo).-----

3. A zona de lançamento caracteriza-se por solo isento de vegetação e da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito baixa perigosidade.-----

4. A zona envolvente ao local de lançamento caracteriza-se por área agrícola vinhas isentas de vegetação. A cerca de 90 metros, na direcção Sudeste, deparamo-nos com uma área agrícola de pousio ocupada por vegetação herbácea de altura média de 50 cm e densidade moderada/elevada. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito baixa a baixa perigosidade. A cerca de 180 dista uma área de perigosidade média e a 270 perigosidade alta.-----

5. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Macedos Pirotecnia, LDA." (Declaração em anexo).-----

6. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

Proposta -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 240 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa.-----

3. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança aos espaços florestais, de forma a garantir a não ignição de fogos.-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Macedos Piroctenica, LDA".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.07.28 -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

6. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. ALBINO LAGE DIAS. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO SANTUÁRIO DO SÃO CAETANO, POVOAÇÃO DE COUTO E FREGUESIA DE ERVEDEDO, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 057/GTF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8038/17, datado de 25-07-2017, em nome do Sr. Albino Lage Dias, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Santuário do São Caetano, povoação de Couto e freguesia de Ervededo, deste concelho.--

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 12/08/2017-----

- 19:00 h - 20:00 h-----

Dia 13/08/2017-----

- 06:30 h - 06:45 h-----

Fundamentação -----

"Legislação em vigor" -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respetiva Câmara Municipal.-----

3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 5 - espaços Culturais e Naturais, na categoria 5.2 - espaços de usos diversificados;-----

2. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente

habilitado para este fim conforme declara a firma "PEREIRA-FOGOS DE ARTIFÍCIO, LDA." (Declaração em anexo ao presente requerimento);-----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício, apresenta-se isenta de vegetação e com baixa perigosidade;-----

4. Nos 50 metros envolventes a perigosidade é Média sendo este caracterizado pela área do santuário devidamente limpo. Na direcção Oeste a Noroeste, a 50 metros da zona de lançamento, deparamo-nos com área de mato de alta a muito alta perigosidade (planta em anexo);----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

Proposta -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 160 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

3. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "PEREIRA-FOGOS DE ARTIFÍCIO, LDA".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----

- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----

- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.07.28 -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

7. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. JAIME FONTOURA CARNEIRO. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO RECINTO DE SANTIAGO, POVOAÇÃO DE MAIROS, FREGUESIAS DE MAIROS, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 058/GTF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8075/17, datado de 25-07-2017, em nome do Sr. Jaime Fontoura Carneiro, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Recinto de Santiago, povoação de Mairos, freguesias de Mairos, deste concelho.--
O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 19/08/2017-----

• 08:00 h - 24:00 h-----

Dia 20/08/2017-----

• 08:00 h - 24:00 h-----

Dia 21/08/2017-----

• 08:00 h - 24:00 h-----

Fundamentação -----

"Legislação em vigor" -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respetiva Câmara Municipal.-----

3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local de lançamento, pelos Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços Agrícolas e Florestais, na categoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN);-----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "A.M. Pirotécnica" (Declaração anexo ao presente requerimento);-----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício apresenta baixa a muito baixa perigosidade;-----

4. Na zona envolvente, a perigosidade é baixa a muito baixa sendo este caracterizado por áreas agrícolas temporárias. A cerca de 100 metros na direcção oeste a Nordeste a perigosidade é média a Alta.---

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

Proposta -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a

responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 160 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----
2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----
3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa.----
4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----
5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
 - Declaração da firma "A.M.Piroténica, LDA".-----
 - Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
 - Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.07.28 -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

8. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. EDGAR PINTO RODRIGUES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO JUNTO AO LARGO DA FESTA, POVOAÇÃO DE DADIM, FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 059/GTF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8136/17, datado de 26-07-2017, em nome do Sr. Edgar Pinto Rodrigues, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício, Junto ao largo da Festa, povoação de Dadim, freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, deste concelho.-----

Dia 13/08/2017-----

- 07:00 h - 13:00 h-----

Dia 14/08/2017-----

- 01:00 h - 01:30 h-----

Dia 15/08/2017-----

- 00:00 h - 01:00 h-----

Fundamentação -----

"Legislação em vigor"

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

- 1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----
- 2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respetiva Câmara Municipal.-----
- 3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento"

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo, insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns. De acordo com a carta de perigosidade a área de lançamento insere-se na classe baixa (carta em anexo);-----
2. A zona envolvente caracteriza-se por área agrícola: lameiros, souto e pousio. No limite das propriedades apresenta um cordão de árvores folhosas o qual no seu sub-coberto domina vegetação herbácea/arbustiva. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos, a cerca de 40 metros na Direção Sul, com uma área de Alta a Muito Alta perigosidade (carta anexo);-----
3. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "A.M Pirotécnica LDA." (Declaração em anexo).-----
4. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

Proposta

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 160 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----
2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----
3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa.-----
4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----
5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança aos espaços florestais, de forma a garantir a não ignição de fogos.-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "A .M Pirotécnica LDA."-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.07.28 -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

9. REQUERIMENTO EM NOME DE SR. FRANCISCO JOSÉ FERREIRA ALVES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO LARGO 8 DE DEZEMBRO, POVOAÇÃO DE VILA VERDE DA RAIA, FREGUESIA VILA VERDE DA RAIA, DESTA CONCELHO. INFORMAÇÃO 064/ GTF / 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8274/17, datado de 01-08-2017, em nome do Sr. Francisco José Ferreira Alves, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no largo 8 de Dezembro, povoação de Vila Verde da Raia, freguesia Vila Verde da Raia, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 05 / 08 / 2017 -----

- 08:00 - 24:0 h-----

Dia 06 / 08 / 2017-----

- 00:01 - 00:30 h-----

Fundamentação -----

"Legislação em vigor" -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal.-----

3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo, insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2 - espaços agrícolas e subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN). Da análise

da carta de Perigosidade deparamo-nos com uma área de Baixa perigosidade (carta em anexo);-----

2. A zona envolvente caracteriza-se por área agrícola, pousio com vegetação herbácea de médio porte, solo urbano e terreiro da festa. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos, com áreas de Baixa perigosidade em quase toda a envolvente, excepção na direcção Este em que existe uma parcela de perigosidade Alta a cerca de 70 metros (carta em anexo); -----

3. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pirotécnica Armando Vieira Lda." (Declaração em anexo). -----

4. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

Proposta -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 160 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública;-----

1. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----

2. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;----

3. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pirotécnica Armando Vieira Lda."-----
- Extracto da planta de ordenamento do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE EM SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.08.01 -----

Autorizo. À reunião de Câmara para ratificação. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Vice-presidente na ausência do Presidente da Câmara, do dia 01 de agosto de 2017. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
